



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

OF/CTL/CC nº 224/2012

Curitiba, 09 de janeiro de 2012



PROPOSIÇÃO VETO Nº 004/12.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 23/01/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 297/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 718/2011, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

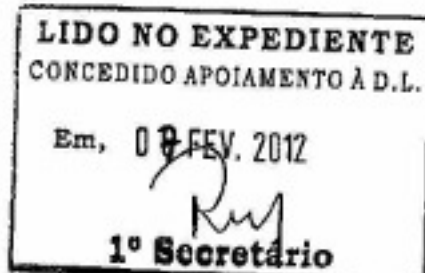
O Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tem por escopo alterar a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação, nos municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana.

Primeiramente, cumpre salientar que a alteração pretendida trará sérios prejuízos à arrecadação do Estado, com a ampliação do leque de municípios onde a redução da base de cálculo do imposto se espalhará. A inclusão de São José dos Pinhais, onde se encontra localizado o Aeroporto Internacional Afonso Pena, representa, de forma subestimada, cerca de 90% dos abastecimentos com QAV (querosene de aviação) no Estado.

Ainda, de acordo com a Informação IGF/GAB nº 001/2012, exarada pela Secretaria de Estado da Fazenda, se o Projeto de Lei em comento vier a tornar-se norma definitiva, a arrecadação mensal de ICMS do QAV, que atualmente é de R\$ 4.114.800,00, passará a ser de R\$ 421.200,00. Logo, vislumbra-se uma **PERDA MENSAL** estimada em R\$ 3.693.600,00 em relação à arrecadação atual.

Diante disso, significa que o Estado terá de abrir mão de **R\$ 44.323.200,00 de sua arrecadação anual.**

Excelentíssimo Senhor
Deputado **VALDIR ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot.nº 11.353.755-8





Ademais, com a ampliação do rol de municípios onde se concede a redução da base de cálculo, acrescentando-se Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana, pela representatividade de São José dos Pinhais, praticamente equivaleria a conceder isenção do ICMS nos abastecimentos do QAV no Estado. Isso colocaria o Paraná em evidência na questão da Guerra Fiscal e certamente outras unidades da federação poderiam intentar ações judiciais contra a legislação paranaense que viria a ser implementada, criando-se ambiente desfavorável de Incerteza jurídica.

Outrossim, nos municípios acrescentados, não há vôos regulares de aviação comercial, exceto no Aeroporto Internacional Afonso Pena de São José dos Pinhais, onde se concentra o maior volume de operações, com as grandes companhias nacionais e algumas internacionais. Assim, o benefício concedido seria ilógico, irracional e contra os interesses do Paraná, pois não condiciona nenhum tipo de retorno ou de compensação em termos econômicos que pudessem justificar a queda de arrecadação como antes se demonstrou.

Como dito, cerca de 90% dos abastecimentos de QAV no Estado são feitos no Município de São José dos Pinhais. Ainda, a ampliação ora pretendida parece contrariar frontalmente o espírito do Projeto de Lei, que almeja incrementar a aviação regional e incentivar o consumidor paranaense. Ressalte-se que a inclusão de Foz do Iguaçu no rol dos municípios beneficiados pela lei 15.789, de 3/3/2008, que concedeu a redução na base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene ou combustível para aviação, e mesmo após a redução de alíquotas para 12%, com a edição da lei 16.370/99, os preços das passagens aéreas não tiveram redução, especialmente no trecho Curitiba - Foz do Iguaçu, ainda hoje proibitivos à maioria dos consumidores.

Assim, entendemos que por ser contrário ao interesse público, o presente Projeto de Lei deve ser vetado, uma vez que beneficiar companhias aéreas nacionais ou internacionais com recursos do tesouro do Estado sem qualquer contrapartida é um enorme contrassenso.

Por fim, insta salientar que o Projeto de Lei em comento possui flagrante ilegalidade, pois este não observa as determinações impostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), a qual dispõe sobre as normas de finanças públicas, voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

De acordo com aquele diploma legal, a renúncia de receita deve estar acompanhada, tanto da demonstração de que já foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, como de medidas de compensação, o que foi observado no Anteprojeto apresentado.

Desta forma, pode ser verificado que além de obedecer aos requisitos constantes do caput do artigo 14 – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos



dois seguintes, a renúncia de receita só poderá ocorrer em uma das seguintes situações:

a) Se o montante da receita objeto de concessão do benefício fiscal não estiver computado no total das Receitas previstas para o exercício a que se refere (e para os demais onde produzirá efeitos).

b) Mediante a implementação prévia de medidas de compensação (que redundem em acréscimo de receita ao Ente Político: majoração de alíquota, de base de cálculo, ampliação da sujeição passiva, revogação de benefícios fiscais, etc.) AS medidas de compensação serão exigíveis quando o valor decorrente da renúncia (ante a concessão de benefício fiscal) estiver contido no cálculo geral das receitas previstas para o exercício em que for implantado o benefício".¹

Portanto, o objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal é que, no quando da elaboração da Lei de diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, sejam indicados precisamente quais os fatores considerados na estimativa de receita, as renúncias de receita previstas, e as eventuais medidas de compensação, caso sejam necessárias.

Exige-se, por conseguinte, quando da elaboração das leis orçamentárias, a demonstração clara que, não obstante as renúncias de receitas previstas, será possível atingir o montante de receita estimada na LDO e na LOA, ou alternativamente, que se atingirá tal montante de receita estimada em virtude da adoção de determinadas medidas de compensação.

No caso, não se vislumbra na proposta de lei em foco o atendimento dos requisitos elencados na Lei de responsabilidade fiscal. Não foi indicada qualquer medida compensatória concreta para a renúncia da receita decorrente da isenção pretendida.

Tão patente é a ilegalidade do Projeto de Lei nº726/2011 que o §2º do art. 14 da Lei Orçamentária nº 101/200 dispõe que *"se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício que se trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso."*

Ou seja, mesmo que o referido Projeto de Lei fosse sancionado, tomar-se-ia uma Lei inócua, uma vez que a ampliação do benefício de redução de base de cálculo a operações relativas à querosene combustível para aviação em outros municípios paranaenses somente poderia ser implementada, com a própria entrada em vigor da lei, após a adoção pela administração pública de medidas compensatórias da perda de receita.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.




ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência
meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 718/11

(Autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli)

Altera a redação do art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03/03/2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene e gasolina combustível para aviação, com o escopo de ampliar os municípios beneficiados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

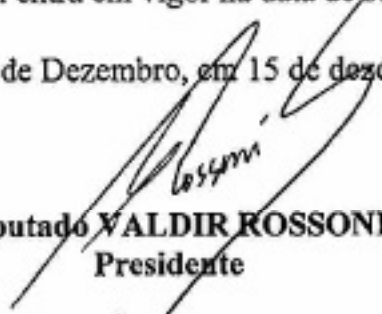
DECRETA:

Art. 1º O art. 3º, da Lei nº 15.789, de 03 de março de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A presente Lei se aplicará às operações com os mencionados produtos nos Municípios de Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, São José dos Pinhais, Francisco Beltrão, Toledo, Umuarama, Andirá e Apucarana."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 004/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 224/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 718/2011, de autoria do Deputado Bernardo Carli, que altera a redação do art. 3º da Lei nº 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

\ O projeto de lei nº 718/11, de autoria do Deputado Bernardo Carli que, altera a redação do art. 3º da Lei nº. 15.789 de 03 de março de 2008, que reduz a base de cálculo do imposto incidente nas operações internas com o produto querosene combustível para aviação com o escopo de ampliar os Municípios beneficiados, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo contrário ao interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 718/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **20 de dezembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 004/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **09 de janeiro de 2012**, sendo desta maneira tempestiva.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

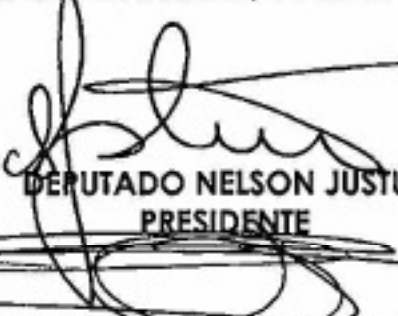
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

req.01



REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 10 sessões da
Proposição 004/12, veto aposto ao
Projeto de Lei nº 718/11, item 07 da
presente Ordem do Dia.*

Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais requerem, após ouvido o douto plenário, a **retirada por 10 sessões** da Proposição 004/12, veto ao Projeto de Lei 718/11, item 07 da presente ordem do dia.

Sala das Sessões em, 06 de março de 2012.

Deputado Estadual

WELTER

TRAIANO

*Anota-se a
junta na
posição de
referência*

Marcelo Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 196/11

Altera o art. 27, da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002.

Art. 1º Fica alterado o art. 27, da Lei nº 13.806, de 30 de setembro de 2002, que passará a contar com a seguinte redação:

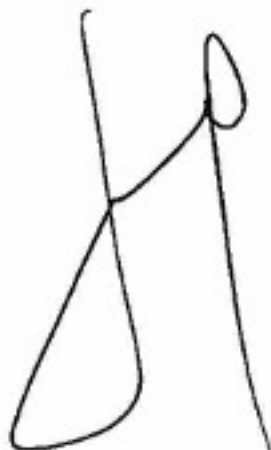
"Art. 27. O Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar e das Condições Meteorológicas deverá ser implementado, prioritariamente, nas regiões ou localidades com maior concentração de fontes móveis ou estacionárias de poluição atmosférica e avaliar as concentrações dos poluentes cujos efeitos potenciais possam afetar significativamente a qualidade do ar.

§ 1º O monitoramento da qualidade do ar deverá adotar medidas de amostragem e análise normatizadas, que possibilitem a comparação dos resultados assim obtidos com os padrões vigentes.

§ 2º Fica assegurado a toda população, acesso a acompanhamento do sistema de gerenciamento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que deverá disponibilizar diariamente a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, tais como O₃, SO₂, NO₂, CO, PTS, PI e fumaça. Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias em relatório único".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

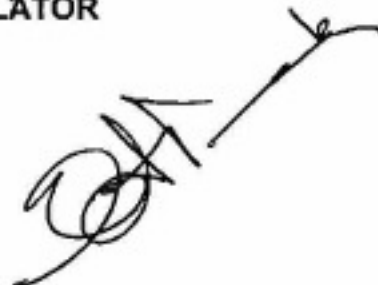
Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

A large, stylized handwritten signature, possibly reading 'H', is written in black ink.A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alexandre Curi', is written above the printed name.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink is written above the printed name.

RELATOR

A handwritten signature in black ink is written in the bottom right corner of the page.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 570/11

Dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor.

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, com a finalidade de prevenir e combater doenças associadas à exposição e à radiação solar.

Art. 2º A prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor têm com diretrizes:

I – o estabelecimento de ações permanentes e articuladas entre entes públicos e privados voltadas à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento de doenças associadas à exposição solar no ambiente de trabalho do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor;

II – o estabelecimento de parcerias com empresas e entidades para pesquisa, produção e fornecimento de meios protetivos ao trabalhador rural, ao pescador e ao aquicultor.

Art. 3º A prevenção e o controle às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor orientam-se pelos seguintes objetivos:

I – dotar a rede de saúde e demais serviços públicos dos meios necessários para acompanhar a exposição da população a fatores de risco, para realizar a prevenção, o controle e o tratamento de doenças decorrentes da exposição solar;

II – contribuir para a existência de uma cultura de utilização de protetores solares;

III – estimular a população a realizar exames especializados para detecção de câncer e de outras enfermidades de pele; e

IV – promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento da população rural sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados quando em atividade exposta ao sol;

V – promover campanhas educativas que visem ao esclarecimento dos trabalhadores rurais, dos pescadores e dos aquicultores sobre os cuidados e procedimentos a serem adotados quando em atividades expostas ao sol.

Art. 4º Os demais órgãos públicos, especialmente da área de assistência técnica e extensão rural, poderão dotar-se dos princípios, dos objetivos, das ações e dos serviços decorrentes desta Lei.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 656/11

Inserir no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná a
"Festa do Bom Jesus", no Município
de Palmital.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do
Estado do Paraná a "Festa do Bom Jesus", da Comunidade
Ucraniana, localizada na sede do Município de Palmital, realizada
anualmente no dia 06 de agosto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 659/11

Institui o "Dia Estadual do Turista", a ser comemorado no dia 27 de setembro.

Art. 1º Fica instituído o "Dia Estadual do Turista", a ser comemorado anualmente no dia 27 de setembro.

Parágrafo único. O "Dia Estadual do Turista" será incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de março de 2012.

ALEXANDRE CURTI
PRESIDENTE

RELATOR



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 14 FEB 2011

PROJETO DE LEI N.º 039/11

REGISTRE

EMENTA: Estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e privado que venham a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I - apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista;

II - estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III - estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando a uma mudança de parâmetros de organização da produção, do consumo e do trabalho;

IV - divulgar as políticas governamentais para o setor;

V - propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou associados das cooperativas;

VI - fomentar o desenvolvimento e autogestão de cooperativas de trabalho legalmente constituídas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I - do desenvolvimento da cultura cooperativista;

II - do fomento ao desenvolvimento de cooperativas escolares;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

248-B-842

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 2917
EM 15/02/11
FUNCIONÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.

7122

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativas para fins de programações em comum;

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica o Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação da cooperativa interessada, autorizado a conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, à cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

NEY LEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

PEDRO LUPION
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A idéia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencessem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiriam vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tomam, por meio dela, empreendedores cooperados.



O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativada, e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto que no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação, o que naturalmente estimula a cooperação e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de não mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.

A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria do social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação de pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existentes no Paraná e do potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo, portanto, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Nº

PARECER AO PROJETO DE LEI 039/2011

Projeto de Lei nº 039/2011.

Autor: Deputado Ney Leprevost e Deputado Pedro Lupion.

Súmula: Projeto de Lei 039/2011
Estabelece a política estadual de apoio
ao cooperativismo.

EMENTA: POLÍTICA ESTADUAL DE APOIO
AO COOPERATIVISMO. POSSIBILIDADE.
APOIO E ESTÍMULO POR PARTE DO
ESTADO. ARTS 174, § 2º DA CF e 148 DA
CE. INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO.
ART. 53, V DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.
CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO.
PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA
EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREFÁCULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, tem por intuito estabelecer a política estadual de apoio ao cooperativismo, o qual tem a finalidade do conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e privado que venham a beneficiar direta e indiretamente o setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, desde que reconhecido seu interesse público.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

AA

FUNDAMENTAÇÃO


Inicialmente, é importante ressaltar que a Constituição Federal em seu artigo 174, §2º possibilita a implantação de políticas de apoio ao setor cooperativista, vejamos:

Art. 174, § 2º. A lei, dentro dos limites estabelecidos pela Constituição da República, poderá instituir, no âmbito do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 148, também apóia o cooperativismo, o qual vejamos:

Art. 148. A lei poderá instituir o cooperativismo.

Continuando a analisar a Constituição do Estado, verificamos a iniciativa da elaboração das Leis ordinárias, a qual cabe, com base no artigo 65 da C.E. a qualquer membro da Assembleia Legislativa, vejamos:


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


12

Art. 53. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos nossos).

O
Especificando a última citação acima exposta, temos no artigo 53, Inciso V a seguinte:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:
V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

O
Entende-se no Inciso V do artigo 53 da Constituição Estadual que cabe a Assembleia Legislativa do Paraná legislar e dispor sobre matérias que versem sobre planos e programas de desenvolvimento, sendo que o Projeto de Lei em análise versa sobre o apelo ao cooperativismo estadual, que necessariamente beneficiará setores do desenvolvimento.


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

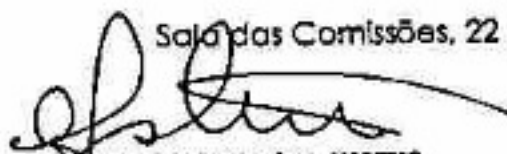
13


Diante disso, de uma maneira geral o presente Projeto de Lei pode ser considerado constitucional, no entanto, se faz necessário sanar o vício de iniciativa apresentado nos artigos 5º e 6º do mencionado Projeto, através da presente **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO, nos termos da EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.**

Sala das Comissões, 22 de Março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 039/11

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, na qual o presente projeto de lei passar a contar com a seguinte redação:

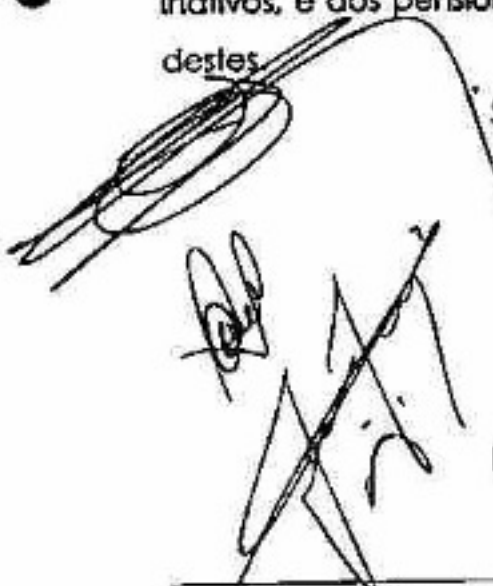

Art. 5º - Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, à cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado.

Art. 6º - Fica a critério do Poder Executivo, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecer convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, salários e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes.

Sala das Comissões, em 22 de março de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei nº 039/11

Projeto de Lei nº 039/2011 – “Estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.”

Chamada esta Comissão Permanente a opinar sobre o Projeto de Lei nº 039/2011, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, coube a este parlamentar apresentar parecer a essa comissão. Trata-se de um Projeto de Lei que visa estabelecer a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Na Comissão de Constituição e Justiça o projeto de lei em tela recebeu parecer favorável do relator, Deputado Cesar Silvestre Filho, tendo, no entanto, recebido emenda modificativa, devidamente aprovada.

Em relação à competência regimental desta Comissão, o projeto em tela atende aos princípios constitucionais e legais no que tange à Educação, não encontrando nada que o invalide.

A justificativa do projeto enfatiza que o cooperativismo é um caminho pouco utilizado em nosso país e apoiá-lo ampliará as possibilidades de desenvolvimento social e econômico, buscando mecanismos para propiciar a geração de trabalho e renda para as pessoas. Deste modo, o ensino do cooperativismo nas

12



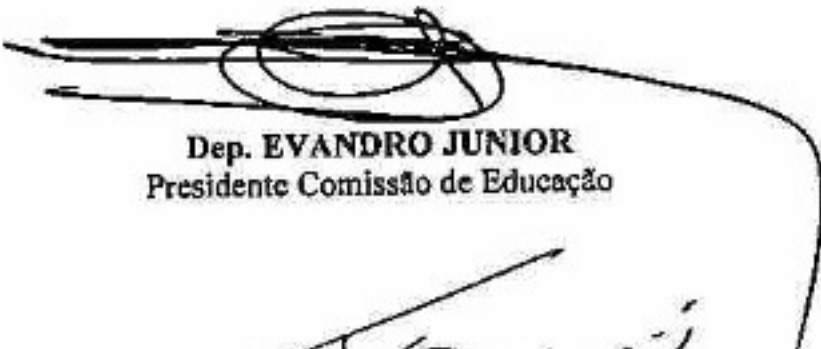
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

escolas visa refletir na formação de cidadãos empreendedores, criando a consciência crítica e os valores democráticos.

Desta forma, reveste-se de importância o incentivo ao cooperativismo, tendo em vista o potencial de criação de novos empreendimentos e desenvolvimento dos cidadãos, razão pela qual somos **FAVORÁVEIS** ao prosseguimento do projeto de lei.

Sala das comissões, 24 de maio de 2011.



Dep. EVANDRO JUNIOR
Presidente Comissão de Educação



Dep. RASCA RODRIGUES
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

22

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 39/2011

Projeto de Lei nº. 39/2011

Autoria: Deput. Ney Leprevost e Pedro Lupion

Súmula: Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo


O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, tem por objetivo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, como forma de apoiar, estimular e incentivar o desenvolvimento da cultura cooperativista, que já é utilizada por 45% da população da Europa e 35% da Norte Americana, enquanto no Brasil apenas 5% da população aproveita o cooperativismo.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 22/03/2011, tendo como relator o Deputado Cesar Silvestri Filho e foi também aprovado na Comissão de Educação, com parecer do Deputado Rasca Rodrigues, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.


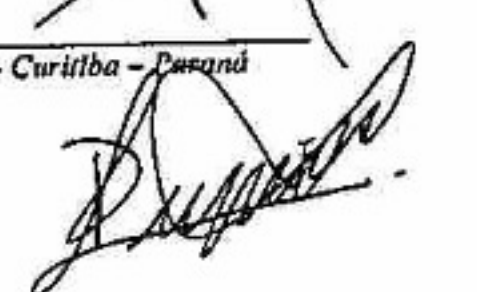
No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, constatamos que a eficácia do presente Projeto depende da atuação da Secretaria de Estado da Agricultura, sendo inócuo se apresentado por si só. Desta forma, faz-se necessária a consulta à referente Secretaria para que manifeste sobre a possibilidade de implantação de tal política.

Desta forma, sugerimos a **BAIXA EM DILIGÊNCIA** à Secretaria de Estado da Agricultura, para que se manifesta acerca da possibilidade de implantação do presente Projeto.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2011.


HERMAS BRANDÃO JR
Presidente


ANÍBELLI NETO
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 39/2011
(com resposta à diligencia)

Projeto de Lei nº. 39/2011
Autoria: Deps. Ney Leprevost e Pedro Lupion
Sumula: Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, tem por objetivo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, como forma de apoiar, estimular e incentivar o desenvolvimento da cultura cooperativista, que já é utilizada por 45% da população da Europa e 35% da Norte Americana, enquanto no Brasil apenas 5% da população aproveita o cooperativismo.

Recebeu parecer desta Comissão pela baixa em diligencia à Secretaria de Estado da Agricultura, para que se manifestasse a respeito da viabilidade de implantação de tal programa e opinasse sobre possíveis alterações que proporcionassem um texto mais completo.

Em resposta à diligencia, a referida Secretaria alegou que analisou a proposição em conjunto com a Organização das Coöperativas do Paraná (OCEPAR) e se manifestou favoravelmente ao projeto, alegando que o mesmo condiz com a Lei Agrícola

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

26

Estadual (Lei 9917/92) e com os programas desenvolvidos pela própria Secretaria e executados através de suas vinculadas, principalmente o Instituto EMATER. Propôs a análise de algumas alterações, acrescentando alguns parágrafos ao art. 2º do projeto.

Diante do exposto, acatando a sugestão da Secretaria de Estado da Agricultura, sugerimos a adoção da **EMENDA ADITIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.

HERMAS BRANDÃO JR
Presidente

ANÍBELLI NETO
Relator

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Agricultura

29

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº. 39/2011

Com fulcro no que autoriza os artigos 137, §3º e 141, II do Regimento Interno, ficam incluídos os §§1º e 2º ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 39/2011, que passa a contar com a seguinte redação:


Art. 2º. São Objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

{...}


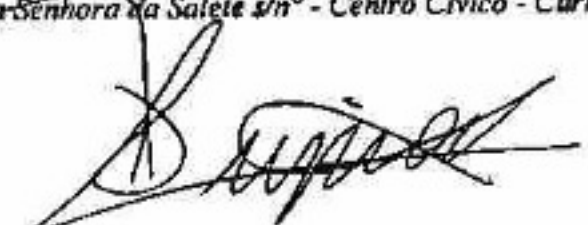

§1º - As políticas públicas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária, realizadas através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§2º - A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações ou cooperativas.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.


HERAS BRANDÃO JR.
Presidente


ANIBELLI NETO
Relator




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 39/11

Projeto de Lei nº 39/11

Autor da emenda: Deputado Hermas Junior.

Súmula: Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: OBJETIVA INCLUIR O §1º E O §2º NO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 39/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, estabelecem a política estadual de apoio ao cooperativismo, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Cesar Silvestri Filho.

Ocorre que, na Comissão de Agricultura desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Aditiva, de autoria do Presidente da referida Comissão, Deputado Estadual Hermas Junior. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Aditiva em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Agricultura.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §3º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta a outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pelo LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Estadual Hermas Junior, presidente da Comissão de Agricultura, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


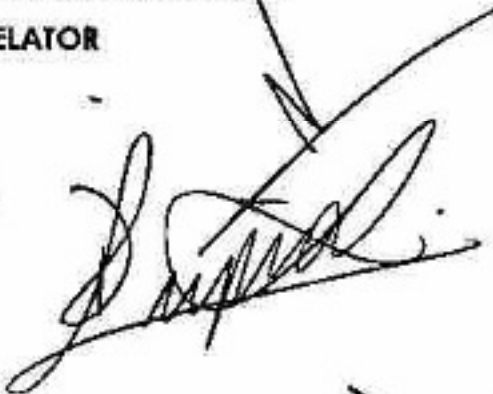
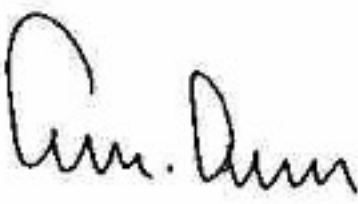

Sala das Comissões, em 30 Agosto de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO GÉSAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



EMENDA MODIFICATIVA

Ao Projeto de Lei nº 039/11

Emenda de
Plenário nº 3
D.A.P.
21 SET 2011

Modifique-se o Art. 5º do Projeto de Lei nº 039/11, que passa a contar com a seguinte redação:

- “Art. 5º- Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, as cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.”

Sala das Sessões, 21 de setembro de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Handwritten signatures and initials:
- Maria Luiza
- Lúcia
- Adalberto Ribeiro
- ASINT. RASCA
- Burch



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

21

EMENTA: Insira-se, ao Projeto de Lei 039/2011, artigo onde couber, a seguinte redação:

Art. (...) Fica constituído o **Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo**, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep.^a Luciana Raiaquin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Elton Welter

Dep. Tomazito Wandagheer

Dep. Prof. Lenos.

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
Plenário nº 03
D.A.P.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

27 SET 2011

EMENTA: Insira-se, ao artigo
3º do PL 039/2011, o inciso
V, a seguinte redação:

V - Através da inclusão do tema associativismo e cooperativismo no currículo escolar do ensino médio, sendo o mesmo um dos temas a serem aprofundados na formação humana, societária, econômica e social.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep.ª  Luciana Rappagnin

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Enio Verri

Dep. Elton Walter

Dep. Prof. Lemos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei objeto da emenda supra, visa estabelecer a política estadual de apoio ao cooperativismo.

Com efeito, o referido projeto, traduz-se enquanto importante iniciativa nos sentido de valorizar, reconhecer e apoiar a organização cooperativa enquanto instrumento de desenvolvimento social e econômico, que é perseguido por todos os setores da economia. Entretanto, a organização cooperativa tem em grande escala sido o veículo via o qual um número cada vez maior de pessoas garante seu acesso à produção e comercialização e consumo de produtos e serviços e por via oblíqua, seu acesso à cidadania e à democracia, também no aspecto econômico e social.

Neste sentido, a implementação da política estadual de apoio ao cooperativismo, merece, não somente ser implantada, como ser sua proposição ser aperfeiçoada para dar mais efetividade a proposta.

Porquanto, as propostas, visam complementar as disposições do PL 039/2011, tornando-o mais completo e abrangente.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
PLENÁRIUM Nº 04
D.A.P.
27 SET 2011

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso I do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo em uma das Secretarias do Governo

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep. Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Fátima de H. Mello

Dep. Eitor Welter

Dep. Toninho Mandshar

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
Plenário nº 05
D.A.P.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

27 SET 2011

EMENTA: Insira-se, ao artigo 4º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... com diferenciais que favoreçam a participação de cooperativas com DAP jurídica e que comprovem ação de atividades com foco no desenvolvimento com inclusão social.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep. Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de M. Mello

Dep. Elton Welter

Dep. Toninho Wandschneider

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
RENAÇÃO Nº 05
D.A.P.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

71 SET 2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso VI, do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... permitindo que as mesmas através do trabalho associativo, possam prestar serviços com cargas tributárias adequadas e similares as empresas privadas que compõem o simples nacional, gerando condições de trabalho e geração de renda aos micro empreendimentos.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep. Luciana Resaguin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Ezechiel Welter

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Prof. Lemos

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda do
Plenário nº 07
D.A.P.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

27 SET 2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso V, do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep. Luciana Ruffino

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Elton Welter

Dep. Zénonio Wandsheer

Dep. Prof. Lenos

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

152/

Emenda de
PLENÁRIO Nº 08
D.A.P.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011


27 SET 2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso IV, do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... articulando processos que permitam debate e construção de estratégias para o setor, através da constituição do Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativas do modelo tradicional, solidário e secretárias do Governo.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep.  Luciana Paragnin

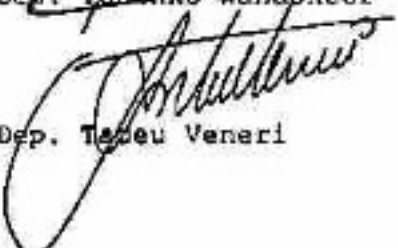

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello


Dep. Elton Walter


Dep. Toniano Wandscheer


Dep. Prof. Lemos.


Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
PLENÁRIO Nº 09
D.A.P. [assinatura]
27 SET 2011

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso III, do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... visando mudanças na compreensão dos processos de cooperação humana, social e econômica, com desenvolvimento de Programas de educação cooperativista, com atividades para a educação do ensino infantil, fundamental e médio.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Depª Luciana Paraguaní

Dep. Péricles de M. Mello

Dep. Benício Wandasheer

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Enio Verri

Dep. Edson Welter

Dep. Prof. Leôncio



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda de
Plenário Nº 10
D.A.P.
27 SET 2011

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 039/2011

EMENTA: Insira-se, ao inciso II, do artigo 2º do PL 039/2011, in fine, a seguinte redação:

... com reconhecimento dos modelos de organização existentes no Estado, sejam eles pautados pela Lei Geral do Cooperativismo, ou fundados a partir da liberdade de organização permitida pela constituição de 1988.

Plenário das Sessões 21 de setembro de 2011.

Dep. Luciana Catafina

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Elton Zelter

Dep. Antônio Wandsheer

Dep. Prof. Lemos.

Dep. Tadeu Veneri



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N. 039/2011

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, §2º do Regimento Interno desta Casa e com o objetivo de aprimorar o presente projeto de lei, fica alterada a sua redação que passa a contar com o seguinte teor:

SÚMULA: Estabelece a política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

Art. 1º. A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e privado que venha a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição Estadual do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo, desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º. São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I - apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808, Centro Cívico, Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006

Concedido vista.
Em _____

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

II - estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III - estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando a mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV - divulgar as políticas governamentais para o setor articulando processos que permitam debate e construção de estratégias para o setor, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V - propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI - fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo trabalho legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII - estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808, Centro Cívico, Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



VIII - estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX - estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

X - legislar regulando o fato de que as sociedades cooperativas possuem sistema operacional próprio com registros e demonstrações contábeis disciplinadas em legislação especial;

XI - firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas;

§1º. O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§2º. Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§3º. Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



§4º. As políticas públicas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento.

§5º. O Estado do Paraná desenvolverá programas através da Agência de Fomento com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§6º. A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º. O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I - da inclusão na grade curricular do ensino da disciplina do cooperativismo nas escolas da rede estadual;

II - do fomento ao desenvolvimento das cooperativas escolares, constituídas de alunos de instituições de ensino estaduais, nos termos do art. 19 da Lei n. 5.764/71, para aprendizagem na prática dos valores do cooperativismo;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativas para fins de programações em comum;

Art. 4º. Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º. Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, às cooperativas de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º. O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando agilizarão do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes, sem prejuízo do estabelecido na Lei Estadual n. 15.375/2007.

Art. 7º. Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e de um modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

Art. 8º. Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, a devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.

PEDRO LUPION
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A ideia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencassem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiriam vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tornam, por meio dela, empreendedores cooperados.

O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por um "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultaneamente ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativada e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação - o que naturalmente estimula a cooperação - e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as

[Signature]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D. L.
72
Fls.
2

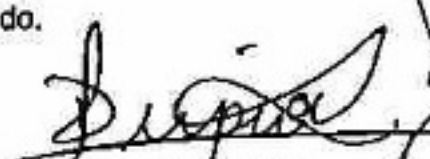
cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.





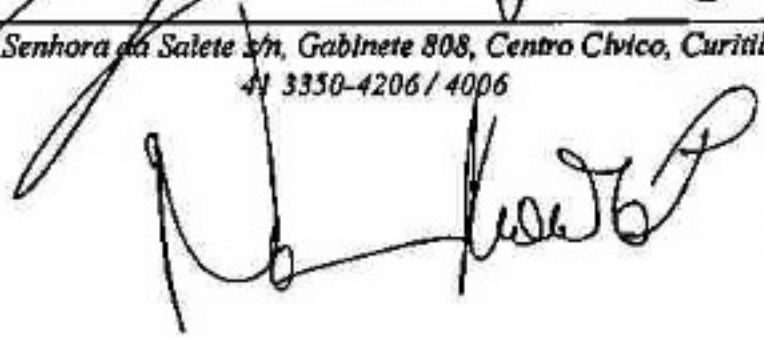
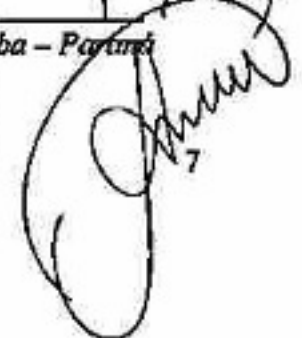
A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação das pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existente no Paraná e no potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo.

Portanto, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.


PEDRO LUPION
Deputado Estadual





Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808, Centro Cívico, Curitiba - Paraná
41 3350-4206 / 4006





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS MODIFICATIVAS E ADITIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 039/11

Projeto de Lei nº 039/11

Autor da emenda nº 01 - Deputado Fernando Scanavaca.

Autor das emendas nº 02, 03; 04; 05; 06; 07; 08; 09 e 10 - Bancada do PT.

Súmula: Estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR O ARTIGO 2º, I, II, III, IV, V, VI; 4º, caput, V; 5º E INCLUIR ONDE COUBER ART. AO PROJETO DE LEI 039/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, estabelece a política estadual de apoio ao cooperativismo, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho.

Concedido vista.

Em 13/03/12
Raulo I. Filho
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 74

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Modificativas e Aditiva, de autoria do Deputado Estadual Fernando Scanavaca e da Bancada do PT. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

I - Emendas de Plenário 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10

A Emenda Modificativa de Plenário nº 01, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, visa modificar o art. 5º do projeto de lei ora em tela.

Enquanto as Emenda Modificativas de Plenário, de autoria da Bancada do PT, visam:

- Emenda de Plenário nº 03 insere artigo 3º ao presente projeto de lei;
- Emenda de Plenário nº 04 insere redação ao Inciso I do artigo 2º do projeto de lei ora em tela.
- Emenda de Plenário nº 05 insere redação ao artigo 4º do presente projeto de lei.
- Emenda de Plenário nº 06 insere redação ao Inciso VI, do artigo 2º do presente projeto de lei.
- Emenda de Plenário nº 07 insere redação ao Inciso V, do artigo 2º deste projeto de lei.
- Emenda de Plenário nº 08 insere redação ao inciso IV, do artigo 2º deste projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- Emenda de Plenário nº 09 insere redação ao inciso III, do artigo 2º deste projeto de lei.

- Emenda de Plenário nº 10 insere redação ao inciso II, do artigo 2º deste projeto de lei.

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,

jurisdição, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do
artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da
2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a
possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado,
classificando-se como modificativa, vide §4º deste mesmo artigo, aquela
proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas,
aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera
outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo
nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está
perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando
nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa,
disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

II – Emenda de Plenário 02

A Emenda Aditiva de Plenário nº 02, de autoria da
Bancada do PT, visa incluir artigo onde couber ao projeto de lei ora em
tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grito nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

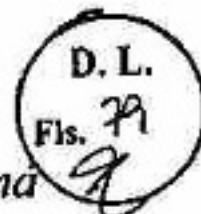
Ocorre que, diante do grande número de emendas oferecidas, e da possibilidade de tramitação de todas elas, faz necessária a compilação de suas idéias e a conseqüente adequação do texto original, com vistas a uma melhor organização e aplicabilidade do texto normativo.

Esse é o espírito da norma complementar nº 95/1998.

Por isso, apresentamos, como forma de opinar favoravelmente às emendas de plenário oferecidas, a seguinte subemenda substitutiva geral, que compila as idéias das dez emendas oferecidas, a emenda oferecida ainda na primeira análise junto à CCJ e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



obviamente o texto original apresentado, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.



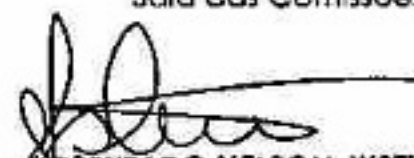
CONCLUSÃO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa do Deputado Fernando Scanavacca e das presentes Emendas Modificativas e Aditiva propostas pela Bancada do PT, na forma da **SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 13 março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO

RELATOR



DEP. FÁBIO CAMARGO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

PROTÓCOLO Nº 6121

EM 22/03/11

DEPUTADO FÁBIO CAMARGO
FUNÇÃO: SECRETÁRIO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 21 MAR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 208/11

SUMULA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE "ARTES MARCIAIS MISTURADAS" OU "MIXED MARTIAL ARTS" NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ.

Art. 1º - A realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts", obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º - Poderá realizar os eventos de que trata esta Lei pessoas jurídicas que explorem estabelecimentos comerciais ou particulares.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na hipótese de pessoa jurídica será considerado responsável pelo evento seu presidente, diretor ou gerente.

Art. 3º - Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar a respectiva autorização à Secretaria de Estado de Segurança Pública, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) contrato social e suas alterações;
- b) CNPJ emitido pela Receita Federal;
- c) comprovante de tratamento acústico nas hipóteses do evento ser realizado em ambiente fechado;
- d) atestado de responsabilidade técnica - ART, das instalações de infra-estrutura do evento, expedido pela autoridade municipal local;
- e) contrato da empresa de segurança autorizada a funcionar pela Polícia Federal, encarregada pela segurança interna do evento;
- f) comprovante de instalação de detectores de metal;
- g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência, com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem;
- h) nada opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca.

PARÁGRAFO ÚNICO - O pedido de autorização para a realização do evento deverá informar:

- I - expectativa de público;
- II - em caso de venda de ingressos o número colocado à disposição;
- III - nome do responsável pelo evento;
- IV - área para estacionamento, de maneira a não atrapalhar o trânsito das vias públicas, bem como a sua capacidade;
- V - previsão de horário de início e término;

Art. 4º - A autoridade responsável pela concessão da autorização poderá limitar o horário de duração do evento, de forma a não perturbar o sossego público, podendo ser revisto a pedido do interessado ou para a preservação da ordem pública.

D. L.
Fls. 02
21



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Anibal Khury

D. L.
Fls. 031

PARÁGRAFO ÚNICO - Na autorização deverá constar, obrigatoriamente, o horário de início e término do evento.

Art. 5º - O local de realização do evento deverá dispor de banheiros para o público presente, na proporção de um banheiro masculino e um feminino para cada grupo de 80 (oitenta) participantes, podendo ser utilizados banheiros químicos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O evento deverá dispor de banheiros adaptados para pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Art. 6º - A regulamentação da presente Lei disporá sobre o órgão da Secretaria de Estado de Segurança Pública responsável pela fiscalização e autuação nos casos de descumprimento dos preceitos desta Lei.

O

PARÁGRAFO ÚNICO - O órgão de fiscalização deverá cumprir o disposto nesta Lei e adotar as providências necessárias para inibir a prática de qualquer infração penal durante a realização do evento.

Art. 7º - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis:

- I - suspensão do evento;
- II - interdição do local do evento;
- III - multa no valor de 10.000 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

PARÁGRAFO ÚNICO - As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração.

O

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de sessões, 21 de março de 2011.


FABIO CAMARGO
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A pedido do Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado do Paraná, o presente projeto visa regulamentar o antigo Vale Tudo e atualmente denominado MMA é definido como uma modalidade de luta onde os praticantes não precisam seguir um estilo específico de arte marcial. Vem daí o nome "técnico" do esporte: Mixed Martial Arts (Artes Marciais Misturadas). O esporte possibilita ao praticante utilizar qualquer golpe ou técnica das mais diferentes artes marciais como o boxe, jiu-jitsu, judô, muay thai, entre outras. O bom lutador é aquele que domina boa parte dos principais golpes de uma grande variedade de artes marciais e sabe aplicá-los no momento certo.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury

D. L.

Fls. 04

Ao contrário do que alguns acham, não "vale tudo" no MMA. O esporte vem evoluindo e profissionalizando-se de tal maneira que as regras estão cada vez mais rígidas. O intuito de toda esta evolução é preservar cada vez mais a integridade física do atleta. Os praticantes estão cada vez mais técnicos e preparados.

Apesar de toda a resistência da mídia na divulgação deste esporte, o MMA está vivendo uma verdadeira transformação e está entrando em uma nova fase aqui no Brasil, impulsionado principalmente por três fatores essenciais:

- profissionalização do esporte;
- crescimento exponencial de fãs;
- sucesso dos lutadores brasileiros no exterior.

Os números do MMA impressionam. Existem sites profissionais jornalísticos e lojas virtuais com vendas específicas de produtos voltados ao mundo das lutas. Dentro destes sites existem fóruns mantidos pelos usuários que trocam informações e difundem o esporte. As taxas de compra do pay-per-view de grandes torneios são imensas, assim como a venda dos ingressos.

Atualmente, o MMA está sendo disputado em todos os continentes - os países que mais formam lutadores são o Brasil, Japão, Estados Unidos e Rússia.

Conto com o apoio de meus nobres pares, a fim de ver este valioso esporte autorizado e regulamentado como em todo mundo.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 208/11

Projeto de Lei nº 208/11

Autor: Deputado Fábio Camargo

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts" no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E AUTORIZAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE "ARTES MARCIAIS MISTURADAS" OU "MIXED MARTIAL ARTS" NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts" no âmbito do Estado do Paraná.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Traiano

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
<i>Osana Maria Lima</i>
Em, 04, 10, 20 11
<i>ccj</i>



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL no inciso IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o desporto:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

No mesmo sentido, inciso IX do artigo 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desportos;

Além disso, a Constituição Estadual especificamente com relação ao tema do projeto de lei ora proposto, garante prerrogativa ao parlamentar, conforme artigo 53, inciso XII:

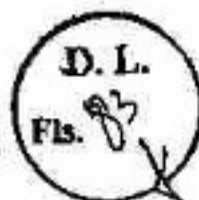
Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 04 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura



COMISSÃO DE ESPORTES

Parecer ao Projeto de Lei n. 208/2011

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, veio o Projeto para parecer desta Comissão de Esportes:

Neste sentido, propõe o Deputado Estadual Fabio Camargo, a obrigatoriedade legal da regulamentação e autorização na realização de eventos de artes marciais misturadas ou "mixed martial arts" no Estado do Paraná.

Assim esta Comissão está de acordo com a justificativa apresentada pelo Deputado Autor do Projeto, de que estes eventos estão com a sua popularidade aumentada, o que leva à necessidade da sua regulamentação, notadamente por envolver contato físico bastante acentuado.

Cumprê esclarecer que esta Comissão recebeu sugestão da PARANA ESPORTE, através de seu Diretor-Presidente, Rudimar Fedrigo, no sentido de que os eventos sejam autorizados mediante a supervisão e participação de uma entidade esportiva devidamente regulamentada, tais como, Federações, Associações, Ligas, Clubes e assemelhados.

Outrossim, visando dar efetividade à Lei, esta Comissão apresenta Emenda Aditiva, no sentido de que o Projeto de Lei seja apresentado sob forma de emenda à Lei, a fim de contemplar tal perspectiva, nos seguintes termos, conforme proposta em anexo.

Assim, é o parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei 208/2011.

Sala de Reuniões,

de 2011.

D. L.
Fls. 86

Deputado Ney Leprevost
Presidente

Deputado Leonaldo Paranhos
Relator

COMISSÃO DE ESPORTES

PROJETO DE LEI 208/11 – AUTOR DEPUTADO FABIO CAMARGO

EMENDA ADITIVA

RELATOR DEPUTADO PARANHOS .



Art. 8º. Os eventos objeto da presente lei deverão ter seu alvará de autorização vinculado a uma entidade esportiva devidamente regulamentada, tais como, Federações, Associações, Ligas, Clubes e assemelhados.

Sala de Reuniões,

14/12/

de 2011

Deputado Ney Leprevost
Presidente

Deputado Paranhos.
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 208/11

Projeto de Lei nº 208/11

Autor da emenda: Comissão de Esportes – Deputado Leonaldo Paranhos.

Súmula: Dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts" no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE ESPORTES. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Fábio Camargo, tinha como objetivo dispor sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts" no âmbito do Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, recebeu Emenda Aditiva da Comissão de Esportes, de autoria do Deputado Leonaldo Paranhos. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o Inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda aditiva foi proposta pelo relator na Comissão de Esportes.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide §3º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa à presente emenda, propõe-se a seguinte subemenda, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Neste sentido dispõe o art. 138 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 138. A emenda apresentada a outra denomina-se subemenda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pela Comissão de Esportes, na forma da SUBEMENDA em anexo.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.

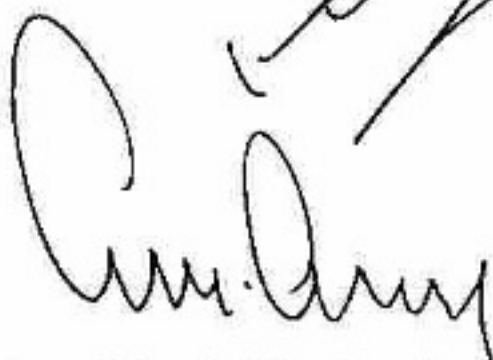

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR









Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE ESPORTES AO PROJETO DE LEI Nº 208/11

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, Inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva da Comissão de Esportes ao Projeto de Lei n. 208/11 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Inclui artigo 8º ao Projeto de Lei 208/2011, bem como renumera o atual artigo 8º para artigo 9º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - Os eventos objeto da presente Lei deverão ter seu alvará de autorização vinculado à uma entidade esportiva devidamente regulamentada, tais como Federações, Associações, Ligas, Clubes e semelhantes.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2011.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

D. L.
Fls. 104
[Assinatura]

PARECER AO PROJETO DE LEI No.208/2011

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "artes marciais misturadas" ou "mixed martial arts" no âmbito do estado do Paraná.

AUTOR: Deputado Fábio Camargo.

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e da Comissão de Esportes.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o autor do Projeto de Lei em análise normatizar a realização de eventos de artes marciais misturadas ou "mixed martial arts" (também conhecidas pela sigla MMA), com a exigência de documentação e comprovação de estrutura adequada à realização dos mesmos, já que essa modalidade tem crescido muito e atraído grande público de idades diversas.

Entendendo ser direito dos que praticam essa modalidade esportiva como atletas e do público em geral, de participarem de um evento com estrutura de estacionamento, banheiros, tratamento acústico apropriado, estrutura de atendimento emergencial e transporte na área de saúde e segurança, além de estarem em local com estrutura física comprovadamente segura, somos de PARECER FAVORÁVEL a continuidade da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em de de 2012.

DEP. TADEU VENERI
Presidente

DEP. ROSE LITRO
Relatora

[Assinaturas manuscritas]



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

396/11

D. L.

Fls. 02

10

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO

Em, 16 MAIO 2011

1º Secretário

EMENTA: OBRIGA OS HOTEIS, MOTÉIS, PENSÕES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES A AFIXAREM CARTAZ COM AS EXIGÊNCIAS LEGAIS PARA HOSPEDAGEM DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Art. 1º Os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres, instalados no Estado do Paraná, ficam obrigados a afixarem em suas portarias, em locais de fácil visibilidade, cartazes com advertência sobre a hospedagem de crianças ou adolescentes.

Art. 2º Os cartazes, com dimensões mínimas de quarenta centímetros de comprimento por trinta centímetros de largura, deverão conter a seguinte inscrição.

É proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. (art. 82 da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 3º O descumprimento desta Lei sujeitará o estabelecimento infrator a multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), aplicada em dobro nas reincidências.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

DR. BATISTA
Deputado Estadual

ASSESSORIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres, do Estado do Paraná, ficam obrigados a afixarem em suas portarias, em locais de fácil visibilidade, cartazes com advertência sobre a hospedagem de crianças ou adolescentes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente deixa muito claro, no seu art. 82, a proibição de os hotéis, motéis e similares hospedarem crianças ou adolescentes, isto é, pessoas com menos de dezoito anos, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis, ou por eles devidamente autorizados. As razões para isto são muitas, e vão desde a fuga ou rapto de jovens, até a cada dia mais comum prostituição infanto-juvenil.

O mesmo Estatuto comina, aos estabelecimento infratores, pena de multa de dez a cinquenta salários de referência, e, em caso de reincidência, podendo até mesmo chegar ao fechamento por quinze dias. É uma falta grave.

A o pretendermos obrigar tais estabelecimentos a manterem cartaz alertando para a vedação legal imposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pretendemos disseminar esse importante alerta, não apenas para pais e jovens, mas também entre os próprios empregados responsáveis pela entrada de hóspedes, que não poderão jamais alegar desconhecimento da lei.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente propositura.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY
Gabinete Deputado Alexandre Curi



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI 396/11

Projeto de Lei nº 396/11

Autor: Deputado Dr. Batista

PREFÁCIO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo obrigar hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixar cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

EMBASAMENTO JURÍDICO

Verifica-se que o projeto em análise visa proteger pessoas com menos de dezoito anos, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis, ou por eles devidamente autorizados.

Não sendo matéria de competência exclusiva da União, e sim concomitante com Estados e Distrito Federal, segundo artigo 24 da Constituição Federal, e diante de inexistência de legislação federal disciplinando o assunto tratado, o Estado possui a competência para legislar. A Constituição Estadual estabelece:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao

Governador do Estado, ao Presidente do tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a **CONSTITUCIONALIDADE** apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.



DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE



DEPUTADO ALEXANDRE GURI

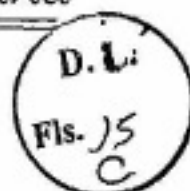
RELATOR





COMISSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/11



Projeto de Lei nº 396/11

Autor: Deputado Dr. BATISTA

OBJETIVO:

O Projeto de Lei 396/2011, de autoria do Deputado Dr. BATISTA tem como objetivo tornar obrigatório aos hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixar cartaz contendo as exigências legais no que se refere a hospedagem de crianças e adolescentes.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz: **"Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente"**.

E o artigo 2º, afirma: **"Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e, adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade"**.

E a afirmação do artigo 5º: **"Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais"**.

PARECER

Considerando ser dever da Assembléia Legislativa e de seus componentes legislar e fazer respeitar a legislação sobre a criança e ao adolescente, principalmente sobre as questões de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 16
C

A obrigação de hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres de não receber crianças e adolescentes que não sejam em companhia de seus pais, já existe em lei e o artigo 227 da CF fala sobre o dever de tutela do Estado com as crianças e os adolescentes e que abrange o que o Direito Constitucional chama de **proteção especial para elas**.

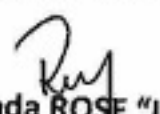
Porém, como o presente projeto obriga a confecção e fixação de cartazes contendo a proibição prevista na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 – Estatuto da criança e do Adolescente.

O Projeto do nobre deputado Dr. BATISTA, garantirá legislação para que se concretize o ato de pleno e formal conhecimento da atribuição por ocasião de existência de ato infracional.


Diante do exposto, somos de parecer **FÁVORÁVEL** que o Projeto de Lei nº 396/2011, de autoria do nobre Deputado DR. BATISTA, tenha tramitação normal.

É o Parecer.


Sala das Comissões, em 31 de maio de 2011.



Deputada ROSE "LITRO"

Presidente


Deputada CANTORA MARA LIMA

Relatora


ANÍBAL NETO


GETON WELTON


MARA TURCK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ



1ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/2011

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Dr. Batista, visa obrigar estabelecimentos de hospedagem a afixar cartaz com as exigências legais no que se refere a hospedagem de crianças e adolescentes.

FUNDAMENTAÇÃO

Sobre a matéria, em nada podemos oferecer óbice, pois trata-se de interesse público, e visa assegurar direitos das crianças e adolescentes conforme preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda a proposição do Nobre Deputado Dr. Batista obteve pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

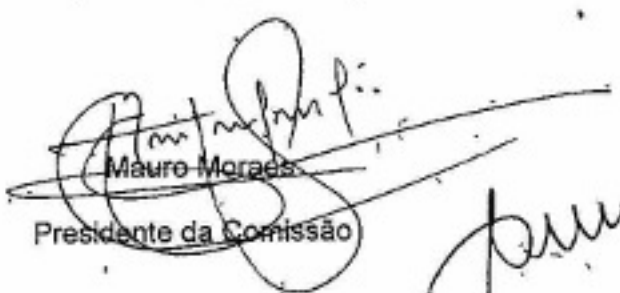
Esta Comissão chamada a se manifestar em relação ao projeto, através desta relatoria e de acordo com o que preceitua Art. 33, §9º, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, que compete manifestar em questões como as referentes à ordem e a Segurança Pública. Verifica-se ainda, por esta comissão, que não há nenhum óbice quanto sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, opinamos FAVORAVELMENTE ao projeto de Lei, bem como seu envio ao Douto Plenário desta Casa, para devida decisão Final.

É o Parecer.

Sala das Comissões em 20 de Julho de 2011.

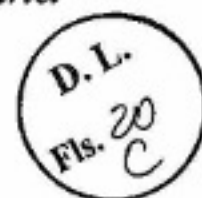

Mauro Moraes
Presidente da Comissão


Elio Rusch
Relator





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 396/2011

Projeto de Lei nº. 396/2011

Autor: Deputado Doutor Batista.

Súmula: Obriga os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixarem cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Doutor Batista, tem por objetivo obrigar os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos similares a afixarem cartazes com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes, estabelecendo regras no que se refere ao tamanho e texto dos cartazes e estipulando multa para estabelecimentos infratores.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 24/05/2011, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi e da Comissão dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso no dia 31/05/2011, tendo como relatora a Deputada Cantora Mara Lima, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece, em seu artigo 82 que "é proibida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsáveis". Tal legislação vem no sentido de proteger a criança ou adolescente, evitando abusos por parte de pessoas má intencionadas.

A medida proposta pelo nobre Deputado Doutor Batista é louvável, visando dar ampla divulgação à Lei Federal de proteção à criança e ao adolescente. Tal medida se faz necessária,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Turismo


D. L.
Fls. 21
C

uma vez que boa parte da população desconhece esse tipo de legislação, incluindo muitas vezes os pais, filhos ou os próprios funcionários de hotéis ou similares, o que faz com que se possibilite uma oportunidade de descumprimento da legislação. O Projeto não trata de fiscalização ou punição, mas apenas de informação e esclarecimento à população sobre o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente.


Cabe ressaltar que apesar de simples, tal medida vem no sentido de prevenir crimes contra a criança e o adolescente e até mesmo a exploração do turismo sexual, esclarecendo à população as exigências para esse tipo de hospedagem.

Diante do exposto, constatamos que o projeto em análise é de extrema importância para assegurar a divulgação das determinações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2011.


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Presidente


DEPUTADO PROFESSOR LEMOS
Relator


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 396/11

AUTOR: DEPUTADO DR. BATISTA.

RELATOR: DUÍLIO GENARI

SÚMULA: obriga os hotéis, motéis, pensões e estabelecimentos congêneres a afixarem cartaz com as exigências legais para hospedagem de crianças e adolescentes.

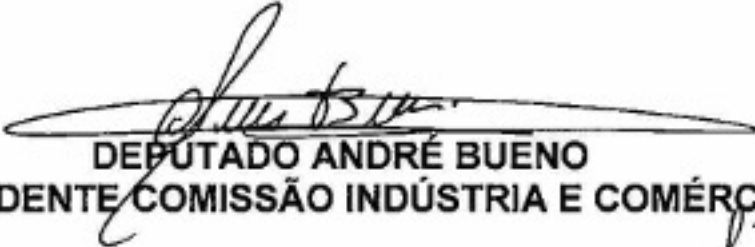
JUSTIFICATIVA

O presente projeto visa proteger menores, sem que estas estejam acompanhadas por seus pais ou responsáveis.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, tendo em vista a Constitucionalidade, opinamos pelo parecer FAVORÁVEL.

Sala das Reuniões, 14 de março de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR

relem
Tommas






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 637/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 AGO. 2011

Nereu Moura
2º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública
Estadual- A ACAFAN- Associação
Cafelandense de Apoio às Famílias
Necessitadas.

DECRETA:

Art.1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, a Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas, A ACAFAN- com sede e foro no Município de Cafelândia – Estado do Paraná- na Rua Padre Luize, nº 529.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba/PR, 15 de agosto de 2011

Nereu Moura
NEREU MOURA
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná D. L.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Nereu Moura

Fls. 03

Justificativa: O presente Projeto de Lei tem por objetivo geral dar apoio às crianças, gestantes e mães lactentes nas comunidades mais carentes. A orientação da manutenção de um banco de dados sobre a situação da criança, da mulher e da família.

A formação cristã, humana e profissional de líderes comunitários das áreas mais pobres, estimulando-as a assumirem integralmente suas responsabilidades com a família e a comunidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 637/2011

Projeto de Lei nº. 637/2011
Autor: Deputado Estadual Nereu Moura

Súmula: Declara de Utilidade Pública a –
ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio
às Famílias Necessitadas, com sede e foro no
Município de Cafelândia – Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nereu Moura, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a – **ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas**, com sede e foro no Município de Cafelândia – Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, a entidade tem seu foro no Município de Corbélia - PR, tendo em vista que Cafelândia é Distrito, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o foro do presente Projeto de Lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



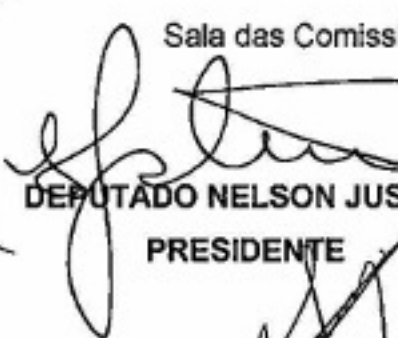
EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 637/11


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:



"Súmula: Declara de Utilidade Pública a – **ACAFAN - Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas**, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia – Estado do Paraná".

"Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas**, a **ACAFAN**, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia – Estado do Paraná – NA Rua Padre Luize, nº 529".

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

PROJETO DE LEI Nº 848/2011

Súmula: Dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

**CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA DA CARREIRA**

Art. 1.º Ficam estabelecidas a estrutura, as atribuições e demais itens de organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, que são:

I – Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Fiscal da Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Biólogo e nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

II – Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, estruturada em 3 (três) classes de referências contínuas, composta pelo cargo singular de provimento efetivo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multilocupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e Técnico de Laboratório nas quantidades previstas, por classe, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2.º Conceitua-se CARREIRA como a estruturação ou agrupamento de um ou mais cargos e suas funções em classes escalonadas que refletem o crescimento profissional do cargo, com amplitude salarial prevista para o tempo constitucional de, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço.

§ 1.º O agrupamento das funções em um cargo ou cargos se dá pela natureza deste e é vinculado ao mesmo grau de responsabilidade profissional ou escolaridade, originando a classe.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O escalonamento das classes das carreiras será crescente em termos de habilitações profissionais específicas ou responsabilidades e atribuições, sendo adotado o modelo de estrutura piramidal, de acordo com o grau de complexidade ou responsabilidade, seja para ingresso, seja para o desenvolvimento na carreira, na forma do Anexo I desta Lei.

I – Conceitua-se CLASSE como o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e sua função ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente exigência de complexidade de suas atribuições ou níveis de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de crescimento do cargo na carreira.

II – Conceitua-se REFERÊNCIA CONTÍNUA como a sequência de referências de vencimento nas classes e entre as classes na tabela de vencimento, para fins de desenvolvimento na carreira, composta de interníveis e interclasses, com amplitude salarial utilizada para refletir o horizonte laboral dos integrantes da carreira.

III – Conceitua-se AMPLITUDE SALARIAL como a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos entre o menor e o maior valor da tabela de referência de vencimento, compreendida a primeira referência da classe inicial e a última referência da classe final.

§ 3.º O internível nas classes será de, no mínimo, 5% (cinco por cento), para cada carreira, sendo considerada a razão acumulada, com exceção da classe inicial, em que a segunda referência será de 15% (quinze por cento) em relação à referência inicial da classe.

I – Conceitua-se INTERNÍVEL como a razão percentual entre uma referência de vencimento e outra.

II – Conceitua-se RAZÃO ACUMULADA o cálculo relativo (percentual) das referências de vencimento das classes sobre a referência de vencimento imediatamente anterior da classe.

§ 4.º O interclasse será de 10% (dez por cento) para a carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e de 5% (cinco por cento), para a carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária, considerada a primeira referência de vencimento da classe, tendo por base o tempo exigido para a referência.

I – Conceitua-se INTERCLASSE como a razão percentual entre a referência de vencimento inicial ou final de uma classe e a referência de vencimento inicial da classe imediatamente superior.

II – O interclasse de cada carreira respeita a exigência constitucional da atividade e da tarefa, de acordo com a natureza e grau de complexidade de cada uma delas.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 5.º A dinâmica funcional respeitará a exigência de escolaridade entre as classes e entre as carreiras de complexidade diferentes.

I – Conceitua-se **DINÂMICA FUNCIONAL** como a relação existente entre a referência de vencimento inicial da classe, entre as classes funcionais, refletindo o crescimento vertical do cargo e função na carreira.

§ 6.º A dinâmica funcional entre as carreiras será de 2,5 (duas vírgula cinco) vezes entre a referência de vencimento inicial da classe de uma complexidade com a referência de vencimento inicial da classe de complexidade imediatamente superior.

§ 7.º As atribuições, responsabilidades e características pertinentes aos cargos e funções, em cada carreira e classes, são especificadas em regulamento denominado Perfil Profissiográfico do Cargo e Função, em ato conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por iniciativa da ADAPAR.

I – Conceitua-se **CARGO** como a unidade funcional da atividade governamental, com competências a serem expressas por funções de execução associadas a um conjunto de atribuições e responsabilidades, na esfera do Poder Executivo.

II – Conceitua-se **CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO** como o cargo associado à atividade funcional da ação pública, provido por concurso público de provas ou provas e títulos.

III – Conceitua-se **CARGO SINGULAR** como o cargo que possui uma única exigência de escolaridade para seu ingresso, podendo possuir uma ou mais funções, singulares ou multocupacionais.

IV – Conceitua-se **FUNÇÃO DO CARGO** a especificidade de atuação desse cargo através de formação profissional, habilitação correspondente ou natureza funcional, podendo ser singular ou multocupacional.

V – Conceitua-se **FUNÇÃO SINGULAR** como aquela que possui uma única exigência de formação específica para o ingresso, relativa ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

VI – Conceitua-se **FUNÇÃO MULTIOCUPACIONAL** como aquela que possui duas ou mais exigências de escolaridade para o ingresso, relativas ao grau de escolaridade do cargo ou classe.

GABINETE DO GOVERNADOR



VII – Conceitua-se **NATUREZA DO CARGO** ou **GRUPO OCUPACIONAL** como o agrupamento de funções de um cargo ou cargos, que diz respeito às atividades profissionais correlatas ou afins, de acordo com o seu grau de escolaridade e quanto a natureza do serviço ou ao ramo de conhecimentos aplicados em seu desempenho, no âmbito da ação do Poder Executivo.

VIII – Conceitua-se **GRAU DE COMPLEXIDADE** ou **responsabilidade** como o atributo das funções do cargo referente aos requisitos de crescente capacitação e complexidade das tarefas desempenhadas de acordo com o escalonamento das classes.

IX – Conceitua-se **ESTRUTURA PIRAMIDAL** como a estrutura crescente em termos de classes e referências de vencimento.

§ 8.º O ingresso em carreira de estrutura piramidal se dará sempre na referência de vencimento inicial da classe e de acordo com as exigências previstas para o cargo, função e classe.

§ 9.º A criação de novas funções dentro de cada carreira e cargo obedecerá à iniciativa legislativa privativa do Poder Executivo.

CAPÍTULO II DO INGRESSO

Art. 3.º O ingresso nas carreiras e cargos desta Lei será por meio de aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma da legislação vigente e de acordo com as exigências mínimas previstas no Anexo I desta lei, podendo integrar a inspeção médica e o exame psicológico, passível de delegação e sob supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 1.º Conceitua-se **CONCURSO** como o processo destinado à comprovação, pelo candidato, dos requisitos de ingresso do cargo e função previstos no Perfil Profissiográfico, através de sistemática concorrencial que pode ser de provas, provas e títulos e outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função previstos em legislação e contemplados no edital de regulamentação do concurso público.

Art. 4.º É de exclusiva competência do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, com a prévia autorização do Governador do Estado, a realização de concursos públicos para provimento de cargo efetivo e emprego público na Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, exceto nos casos em que houver delegação expressa à ADAPAR, podendo haver, inclusive, a delegação de etapas do concurso público a instituições especializadas, sob a supervisão do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. O órgão de administração de pessoal do Poder Executivo poderá delegar a execução do todo ou parte das etapas de concurso ao órgão ou entidade para a qual se destina a realização do mesmo, exceto a homologação.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS CARGOS, FUNÇÕES DAS CARREIRAS E DO PERFIL PROFISSIONAL

Art. 5.º Compete ao cargo de Fiscal de Defesa Agropecuária, com função de Fiscal de Defesa Agropecuária e na forma do Perfil Profissional:

I – propor, planejar, coordenar, supervisionar, promover e fiscalizar políticas, programas, ações e procedimentos de defesa agropecuária que importem à saúde humana e ao bem-estar animal, à sanidade animal e vegetal, à qualidade higiênico-sanitária dos produtos e subprodutos de origem animal ou vegetal, comestíveis ou não comestíveis, ao comércio e à qualidade dos insumos utilizados nas explorações agropecuárias e dos produtos destinados à alimentação animal;

II – promover e fiscalizar a preservação e o uso do solo agrícola;

III – fiscalizar a certificação sanitária animal e vegetal e o trânsito de animais e de produtos e insumos agropecuários;

IV – estabelecer normas, padrões, critérios e procedimentos técnicos de defesa agropecuária, de inspeção sanitária, de rastreabilidade, de classificação, de credenciamento e descredenciamento de prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária e de certificação de estabelecimentos, matérias-primas, insumos agropecuários e produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;

V – instituir e manter o cadastro de propriedades, estabelecimentos comerciais de insumos agropecuários, de empresas prestadoras de serviços afins à defesa agropecuária;

VI – credenciar, fiscalizar e auditar laboratórios de análise de produtos e insumos agropecuários e de entidades certificadoras de produtos e serviços de defesa agropecuária;

VII – implantar, coordenar e manter a Rede Estadual de Informação de Defesa Agropecuária – REIDA para integrar as ações de entidades promotoras da defesa, inspeção e certificação agropecuárias;

VIII – acompanhar e disciplinar, em caráter normativo e em sua esfera de competências, o Sistema Estadual de Defesa Agropecuária – SEDA;

GABINETE DO GOVERNADOR



IX – celebrar, nas condições que estabelecer, termo de compromisso de ajuste de conduta e termo de compromisso e fiscalizar os seus cumprimentos;

X – promover a educação conservacionista e sanitária e a divulgação da legislação e serviços de defesa agropecuária.

Parágrafo único. A função de Fiscal de Defesa Agropecuária possui natureza de atividade exclusiva de Estado quando no exercício de suas atribuições que configurem Poder de Polícia Administrativa, na forma desta Lei.

Art. 6.º Aos Fiscais de Defesa Agropecuária, no exercício do cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I – ter livre acesso a qualquer órgão ou entidade pública, empresa estatal, estabelecimento comercial, industrial e agropecuário, veículos, bem como a qualquer local do território estadual em que estejam situados ou transitem, ou possam transitar, para examinar mercadorias, animais, vivos ou não, vegetais, produtos de origem animal e vegetal e seus derivados, além de arquivos eletrônicos ou não, documentos, papéis, bancos de dados e outros elementos que julgue necessário ao desenvolvimento da ação fiscal ou de desempenho de suas atribuições;

II – requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e servidores administrativos do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação zoofitossanitária;

III – possuir cédula de identidade funcional expedida pela ADAPAR;

IV – requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – tomar ciência pessoal de atos e termos dos processos de que participar;

VI – não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VII – contar com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

VIII – direito à permanência, inclusive com veículo, em locais restritos, bem como ter livre acesso a quaisquer vias públicas ou particulares, ou estabelecimento, no exercício de suas atribuições.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 7.º Compete ao cargo de Assistente de Fiscalização de Defesa Agropecuária o apoio e subsídio técnico, logístico e administrativo das ações e trabalhos da ADAPAR, dentro das suas competências profissionais legais e das atribuições que lhes forem conferidas inerentes ao cargo assumido, na forma do Perfil Profissiográfico.

Art. 8.º Será adotado Perfil Profissiográfico para a realização de concursos, dimensionamento de pessoal, avaliação de desempenho, movimentação entre unidades organizacionais, linha de promoção, linha de capacitação e demais institutos de desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. Conceitua-se perfil profissiográfico como o documento formal da descrição do cargo e suas funções e das exigências a eles associadas.

Art. 9.º O Perfil Profissiográfico será construído com base nas necessidades detectadas para o exercício e desempenho do cargo e da função, para cada carreira, de acordo com as atividades governamentais e organizacionais e instrumentalizado com:

I – código do cargo e função;

II – nome do cargo e da função;

III – código CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), se houver;

IV – carga horária e jornada;

V – exigências profissionais ou escolaridade exigida, em nível de graduação e pós-graduação, para cada classe, seja para ingresso seja para promoção;

VI – descrição resumo da classe ocupacional, de acordo com a carreira, ou cargo, ou formação exigida ou necessidade da classe;

VII – classificação das tarefas desempenhadas por classe, indicando o tipo e a natureza das tarefas, mensuráveis quantitativa e qualitativamente;

VIII – exigências físicas, psicológicas e outras para o ingresso;

IX – linha de capacitação de acordo com as aptidões, habilidades e competências a serem desenvolvidas;

X – linha de promoção;

XI – linhas de mudança de função ou adaptação de função, por fatores de saúde ocupacional e outros decorrentes da inaptidão física, mental, sensorial e outros, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidades – CIF;

GABINETE DO GOVERNADOR



XII – outros indicadores a serem utilizados para avaliação do cargo e da função, previstos em ato do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo, por iniciativa da ADAPAR.

CAPÍTULO IV

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 10. O desempenho do cargo e função no serviço público será avaliado por Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE, para fins de aquisição de estabilidade, na forma desta Lei e das demais disposições constitucionais e legais vigentes.

§ 1.º O estágio probatório a que se refere o caput do artigo será realizado apenas para funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público de provas ou provas e títulos.

§ 2.º A estabilidade será declarada somente após o processo final de avaliação de desempenho, por ato conjunto do titular do órgão de lotação do funcionário e do titular do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

§ 3.º A AVDE será aplicada a ambas carreiras da ADAPAR.

Art. 11. A Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório terá característica de processo administrativo regular, tendo seus resultados força legal para instrução de desligamento do funcionário público.

Art. 12. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio Probatório avaliará a aptidão, a capacidade, a adaptação, a adequação e a eficiência do funcionário no desempenho das atribuições e tarefas do cargo e função para os quais foi nomeado.

Parágrafo único. Na acumulação legal de cargos públicos, o estágio probatório do funcionário será cumprido de forma independente de cada um dos cargos/funções para o qual tenha sido nomeado.

Art. 13. A Avaliação Especial de Desempenho do Estágio probatório será suspensa nas seguintes situações:

- I – para tratamento da própria saúde;
- II – licença-maternidade pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- III – licença-paternidade, pelo prazo constitucional ou infraconstitucional;
- IV – doença na família, na forma da legislação vigente;

GABINETE DO GOVERNADOR



V – concorrência a mandato eletivo;

VI – mandato eletivo ou sindical;

VII – assunção de cargo de provimento em comissão no âmbito da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual, se for exercer funções diversas daquelas previstas no edital de concurso de ingresso na carreira;

VIII – disposição para outras esferas de poder – municipal, estadual, federal;

IX – remoção a pedido para a Administração Direta e Autárquica, com exceção da remoção *ex-officio* para unidades organizacionais, no interesse do órgão em que estiver alocado o funcionário ou no interesse da administração pública.

§ 1.º O retorno do funcionário ao exercício de seu cargo e função retomará a avaliação de desempenho pelo prazo remanescente.

§ 2.º Não será considerado afastamento de cargo e função a assunção, pelo funcionário em estágio probatório, de cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança no âmbito da ADAPAR e desde que tal cargo seja da estrutura organizacional na qual foi lotado e que seja afim das tarefas desempenhadas pelo seu cargo e função efetivos.

CAPÍTULO V

DA CARGA HORÁRIA, DA JORNADA E DOS REGIMES DE TRABALHO

Art. 14. A carga horária dos cargos e funções constantes das carreiras da ADAPAR é de 180 (cento e oitenta) horas mensais ou 40 (quarenta) horas semanais, incluído o descanso semanal remunerado, com jornada de 8 (oito) horas diárias adotando-se, nos casos específicos, os regimes de trabalho previstos nesta Lei, para atendimento integral do serviço.

§ 1.º Não haverá expediente aos sábados, domingos e feriados nas unidades da ADAPAR, com exceção daquelas tarefas ou atividades que, por sua natureza especial de atendimento ininterrupto não admitam paralisação e adotando-se, neste caso, o Regime de Trabalho em Turnos – RTT ou o Regime de Trabalho de Sobreaviso – RPS, na forma desta Lei.

§ 2.º Aos servidores da ADAPAR que cumprirem a carga horária prevista no *caput* deste artigo farão jus à percepção de vencimento ou subsídio associado, já incluído o descanso semanal remunerado.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 15. Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente da carga horária normal ou que prestem serviços aos sábados, domingos e feriados, adotarão o regime de trabalho em turnos, plantão ou sobreaviso, conforme o caso.

Art. 16. Será adotado o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, para as atividades com atuação ininterrupta de 24 (vinte e quatro) horas de serviço, e para cargo e função com carga horária de 40 (quarenta) horas, somente quando o quantitativo dos respectivos cargos e funções assim o permitir, sendo 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, com 2 (duas) folgas mensais, para aquele cargo e função com jornada de 8 (oito) horas diárias.

○ **§ 1.º** As folgas previstas no regime 12 x 36 serão instituídas exclusivamente para o Regime de Trabalho em Turnos – RTT, do cargo e função com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias, para ajustar a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT os dias de atestado médico coincidentes com os dias de folgas, não geram direito à compensação da jornada após o retorno.

§ 3.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, os intervalos para as refeições durante o serviço serão contados como horas trabalhadas, sendo que a duração de cada intervalo será de, no máximo, 30 (trinta) minutos.

§ 4.º No Regime de Trabalho em Turnos – RTT, será atribuído o pagamento de serviço extraordinário, de natureza indenizatória, somente quando for necessária a permanência no local de serviço ao final do turno e por ausência de escala para o turno seguinte, ou por situação de excepcional interesse da administração.

○ **§ 5.º** O Regime de Trabalho em Turnos – RTT compreenderá, além de dias úteis, sábados, domingos e feriados, sendo devido o pagamento em dobro sobre a hora normal, ou serviço extraordinário, para os dias de escala.

§ 6.º Será pago o Adicional Noturno no Regime de Trabalho em Turnos – RTT, de natureza indenizatória, de acordo com as regras gerais do órgão de administração de pessoal do Poder Executivo.

Art. 17. Será adotado o Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS nos casos em que, além da jornada diária normal e fora da instituição, seja necessária a disponibilidade ao pronto atendimento das necessidades essenciais de serviço, mediante escala estabelecida para este fim.

GABINETE DO GOVERNADOR



I – Conceltua-se **REGIME DE PLANTÃO DE SOBREAVISO - RPS** como a condição de trabalho de cargo e função submetido a escalas além da jornada diária normal e fora da instituição, para cumprimento de atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir, podendo também denominar-se **Regime de Plantão Extra jornada – RPE**.

§ 1.º A escala deverá ser cumprida para o pronto atendimento ao chamado do órgão e, durante o período de espera, não se deve praticar atividades que impeçam o comparecimento ao serviço e o cumprimento do que é exigido do cargo e função.

§ 2.º Cada escala do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será de no máximo 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, respeitado intervalo mínimo de 12 (doze) horas.

§ 3.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS será na razão de 1/3 (um terço) da hora normal diária do prestador de sobreaviso, calculada exclusivamente sobre o subsídio, ficando vedado qualquer outro cálculo adicional.

§ 4.º O Plantão de Sobreaviso – RPS, quando interrompido por chamado para efetivação do serviço, será remunerado pelas horas efetivamente trabalhadas na forma de serviço extraordinário, cessando o pagamento do terço previsto no parágrafo anterior.

§ 5.º A remuneração do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS após as 22h00 (vinte e duas) até as 5h00 (cinco) horas do dia seguinte, será sobre a hora normal acrescido de 20% (vinte por cento) referente ao adicional noturno, de acordo com o regramento desta Lei.

§ 6.º O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS compreenderá, além de dias úteis, também sábados, domingos e feriados.

Art. 18. O Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS e o Regime de Trabalho em Turnos – RTT são incompatíveis entre si.

Art. 19. É competência do titular do órgão de administração de pessoal do Estado autorizar e auditar a execução de serviços em Regime de Trabalho em Turnos - RTT, mediante solicitação e justificativa do titular do órgão, bem como o pagamento da vantagem do Regime de Plantão de Sobreaviso – RPS, desde que atendidas as suas exigências.

Art. 20. A frequência ao serviço será apurada através de "livro ponto" ou qualquer meio mecânico, elétrico ou eletrônico.

Art. 21. Nos dias úteis, somente por determinação do Chefe do Poder Executivo podem deixar de funcionar os órgãos ou unidades organizacionais ou ser suspensos os seus trabalhos.

GABINETE DO GOVERNADOR



Parágrafo único. Nos casos especiais, em que se deva, por motivo de segurança ou força maior, suspender os trabalhos do órgão ou unidade organizacional, essa medida será determinada pelo seu titular, *ad referendum* do Chefe do Poder Executivo.

Art. 22. Poderá ser adotado banco de horas para fins de compensação de jornadas extras, desde que estas não sejam remuneradas por nenhuma outra vantagem pecuniária.

Parágrafo único. O saldo excedente de horas será aferido a cada mês, não podendo ultrapassar 15 (quinze) dias em um ano e será fruído, obrigatoriamente, em prazo não superior a 1 (um) ano, não podendo os saldos não fruídos, serem levados a conta dos anos subsequentes.

CAPÍTULO VI DOS INSTITUTOS DE DESENVOLVIMENTO NAS CARREIRAS

Art. 23. Serão aplicados os institutos da progressão e promoção para o desenvolvimento nas carreiras previstas na ADAPAR, na forma do Anexo II e combinado com as demais disposições desta Lei.

Art. 24. Conceitua-se PROGRESSÃO como o enriquecimento horizontal do cargo e função, medido pelo aperfeiçoamento das aptidões e habilidades de seu ocupante, na mesma classe, sendo a passagem do funcionário público ativo estável de uma referência de vencimento para referência de vencimento imediatamente superior, tendo como limite a referência final da classe, atendidos os requisitos estabelecidos.

Parágrafo único. A progressão será concedida:

- I – para a referência 2 da classe de ingresso, quando aprovado no estágio probatório;
- II – por antiguidade na carreira, sendo de 1 (uma) referência de vencimento a cada 5 (cinco) anos de efetivo exercício na classe, limitada à última referência salarial da classe, sendo concedida a título de tempo na carreira;
- III – A concessão da referência de vencimento será automática e sempre no mês subsequente ao adimplemento do tempo na classe;
- IV – O tempo a ser computado para fins de concessão de progressão por antiguidade obedecerá:
 - a) a contemplação do tempo de estágio probatório para esse fim;
 - b) estabilidade funcional somente após a aprovação do estágio através da avaliação especial de desempenho para o estágio probatório;

GABINETE DO GOVERNADOR



c) não se contemplará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado ou por regime especial, continuados ou não, firmados com o Poder Público, para fins deste artigo; e

d) não se contemplará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados, assim previstos nesta Lei bem como o afastamento por disposição funcional para outras esferas de poder.

Art. 25. Conceitua-se **PROMOÇÃO** como o enriquecimento vertical no cargo e função, medido através dos títulos de antiguidade e merecimento, alternadamente, associada à assunção de responsabilidades hierárquicas nas classes, para a referência de vencimento correspondente ao tempo completo na classe imediatamente superior, de acordo com a exigência da classe.

§ 1.º A promoção reflete o ganho de produtividade do serviço ativo.

§ 2.º São títulos da promoção a antiguidade e o merecimento.

§ 3.º Conceituam-se **TÍTULOS** como os critérios a serem utilizados para pontuação para habilitação ou classificação em certames ou processos concorrenciais de promoção, singular ou cumulativamente.

Art. 26. As promoções nas carreiras ocorrerão rigorosamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, também denominado mérito, a qualquer tempo em que forem cumpridos os critérios, dentro de uma mesma carreira e cargo, em processo concursal e obedecendo a:

I – estabilidade funcional;

II – interstício de tempo efetivo mínimo de 7 (sete) anos na classe;

III – existência de vaga na classe de destino;

IV – avaliação de outros títulos como o tempo na classe, tempo no serviço público ou tempo para efeitos legais, diplomas e certificados e outros critérios formais, quando assim solicitado ou formalizado em regulamento próprio, para fins de habilitação ou classificação às vagas concorrentes;

V – obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho, quando a esta for submetida;

VI – prova de conhecimentos, com nota mínima 7 (sete), quando esta for aplicada; e

GABINETE DO GOVERNADOR



VII – atendimento aos demais requisitos da classe a que estará concorrendo, formalizado em regulamento próprio ou por ato do Chefe do Poder Executivo, se necessário.

Parágrafo único. A promoção ocorrerá somente dentro da classe correspondente a cada cargo e função.

Art. 27. Se a primeira promoção utilizar o critério antiguidade, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério mérito ou merecimento.

§ 1.º O critério antiguidade utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 15 (quinze) anos para efeitos legais e mínimo de 10 (dez) anos na carreira de ingresso, se a primeira promoção for sob este critério.

§ 2.º O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por antiguidade, será sempre na classe imediatamente superior e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

§ 3.º Se o servidor for promovido por antiguidade da classe de ingresso para a classe imediatamente superior e não cumprir o requisito de mérito da classe final, não poderá ser promovido para esta classe, permanecendo na referência final da classe até sua aposentadoria.

Art. 28. O critério mérito ou merecimento utilizado para a primeira promoção obedecerá ao tempo de 10 (dez) anos para efeitos legais e completos e mínimo de 7 (sete) anos na carreira e na classe de ingresso, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, se a primeira promoção for sob este critério, com pontuação mínima de 61 (sessenta e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 29. Se a primeira promoção utilizar o critério mérito ou merecimento, a próxima promoção deverá ser, obrigatoriamente, pelo critério antiguidade.

Parágrafo único. O critério antiguidade a ser utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo mínimo de 25 (vinte e cinco) anos para efeitos legais e mínimo de 14 (quatorze) anos na carreira e na classe, se a segunda promoção for sob este critério.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 30. O critério mérito ou merecimento utilizado para a segunda promoção obedecerá ao tempo de 20 (vinte) anos para efeitos legais e completo e mínimo de 10 (dez) anos na carreira e na classe B, associado à titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou a títulos a serem fixados por regulamento próprio, com pontuação mínima de 91 (noventa e um) pontos.

Parágrafo único. O enquadramento na referência de vencimento da classe de destino, quando da promoção por mérito, será sempre na classe de destino correspondente ao critério de mérito e na referência de vencimento correspondente à quantidade de tempo completo.

Art. 31. Não haverá promoção por merecimento nos casos de afastamento em virtude de mandato sindical, eletivo ou disposição funcional para outras esferas de poder.

§ 1.º Não haverá promoção de aposentados e geradores de pensão ou nos casos de disponibilidade e afastamentos não remunerados.

§ 2.º A promoção obedecerá ao quantitativo das vagas livres das classes de destino.

§ 3.º A promoção ocorrerá somente para o número de concorrentes habilitados dentro do número de vagas livres existentes na classe de destino.

Art. 32. Para a habilitação por avaliação de títulos, na promoção por mérito ou merecimento, serão computados:

I – 1 (um) ponto para cada ano de tempo de efeitos legais;

II – 1 (um) ponto para cada ano de carreira;

III – 1 (um) ponto para cada ano de cargo;

IV – 5 (cinco) pontos por curso realizado, a cada 20 (vinte) horas, no limite de 15 (quinze) pontos, ou 60 (sessenta) horas;

V – 15 (quinze) pontos por pós-graduação, na modalidade especialização, no limite de 30 (trinta) pontos, ou 2 (duas) especializações, desde que afetas ao cargo e função;

VI – 10 (dez) pontos por curso de aperfeiçoamento, no limite de 10 (dez) pontos, ou 1 (um) curso de aperfeiçoamento;

VII – 20 (vinte) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado profissionalizante, no limite de 20 (vinte) pontos, ou 1 (um) mestrado profissionalizante, desde que afeto à área de atuação;

GABINETE DO GOVERNADOR



VIII – 30 (trinta) pontos por pós-graduação na modalidade mestrado, no limite de 30 (trinta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

IX – 40 (quarenta) pontos por pós-graduação na modalidade doutorado, no limite de 40 (quarenta) pontos, desde que tal modalidade seja compatível com as tarefas desenvolvidas;

X – 1 (um) ponto por participação como membro em grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XI – 5 (cinco) pontos por presidência ou coordenação de grupos de trabalho, comissões, conselhos, câmaras técnicas, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XII – 1 (um) ponto por participação como membro em banca examinadora de concurso, comissão julgadora ou júri, auxiliar ou professor de cursos regularmente instituídos, pela realização de trabalho que envolva a reciclagem ou atividade multiplicadora de conhecimento, registrada em documento formal, no limite de 5 (cinco) pontos;

XIII – 15 (quinze) pontos por participação como membro ou par avaliador nas comissões de avaliação de desempenho ou de processo administrativo disciplinar, sendo 5 (cinco) pontos por comissão, no limite de 15 (quinze) pontos ou participação em 3 (três) comissões.

Parágrafo único. Para as funções do cargo de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária em que o ingresso não exija nível superior, os cursos de graduação de nível superior que o servidor tenha realizado equivalem aos cursos de pós-graduação descritos no item V neste artigo, sendo computado como tal.

Art. 33. Nos processos promocionais, havendo quantidade maior de concorrentes habilitados do que vagas livres de destino, será realizado processo classificatório para fins de desempate.

Parágrafo único. A classificação dos habilitados consistirá de lista, por classe, contemplando:

I – a maior pontuação quando do processo de habilitação;

II – o maior tempo total para efeitos legais, inclusive tempos averbados, em ordem decrescente, em anos, meses e dias;

III – maior tempo de carreira;

GABINETE DO GOVERNADOR



IV – maior tempo na participação em comissões de avaliação de desempenho.

Art. 34. Para fins de avaliação de titulação escolar formal ou cursos, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I – a titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício do cargo e função, deverá ser de graduação e pós-graduação - *lato e strictu sensu* – ofertados por Instituição formal de ensino e sendo considerada apenas uma titulação a cada apresentação, que restará sem eficácia administrativa para as próximas aplicações sob esse título;

II – a titulação referente a cursos deverá ser limitada ao âmbito educacional/profissional e afeta à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, podendo ser de extensão, aperfeiçoamento ou outros assim considerados, que restarão sem eficácia administrativa para as próximas habilitações sob esse título e somente aqueles realizados após junho de 1998.

§ 1.º A titulação, certificados ou diplomas deverão ser de Instituição de Ensino reconhecida legalmente, ou ofertado por instituição formal de ensino ou convalidados pelo Sistema de Escola do Governo mantido pelo Poder Público.

§ 2.º Os certificados ou diplomas não poderão ser computados de forma cumulativa para nenhum outro Instituto de desenvolvimento na carreira.

§ 3.º A avaliação da pertinência da titulação referente a cursos, em relação à função exercida e em relação ao desempenho na função ocupada, ficará a cargo da Unidade de Recursos Humanos de origem e enviada à Escola de Governo que aprovará ou não a titulação, através de Conselho competente.

§ 4.º Sem prejuízo dos demais reconhecimentos e convalidações e para fins do disposto em termos de titulação, considera-se como cursos, eventos de aperfeiçoamento ou capacitação, aqueles promovidos por Entidades Privadas ou Públicas, devidamente reconhecidas no campo de Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos ou nos termos de Educação Profissional.

§ 5.º São considerados como titulação superior à escolaridade exigida para o ingresso e exercício de seu cargo e função, a escolarização ofertada por Instituição Formal de Ensino, comprovada através de diploma ou certificado, acompanhado do respectivo histórico escolar, mediante a apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do diploma ou certificado, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 6.º São considerados como titulação referente a curso, os cursos no âmbito educacional/profissional, afetos à área de atuação ou ao desempenho do cargo e função, comprovados através de certificado e/ou certidão, onde conste carga horária e mediante apresentação de fotocópia autenticada, ou fotocópia acompanhada do original do certificado e/ou certidão, devendo, no caso de apresentação de fotocópia acompanhada de original, ser autenticada pelo responsável pela Unidade de Recursos Humanos do órgão de alocação.

§ 7.º A pontuação de titulação reconhecida para as carreiras do Poder Executivo será conforme o somatório de horas, sem prejuízo de demais regulamentações.

§ 8.º Para certificados ou certidões que não constar carga horária será atribuída carga horária de 8 (oito) horas, independentemente do período de duração do curso.

§ 9.º Não serão computados número de horas a mais em relação a qualquer curso apresentado durante o processo de habilitação ou classificação e que não tenha sido contemplado, não podendo ser armazenadas as horas remanescentes e não utilizadas como crédito ou banco de horas.

§ 10. Não serão aceitos para efeitos de aplicação deste artigo os diplomas, certificados ou certidões de mesmo grau de escolaridade que a exigida para o ingresso e exercício do cargo e função ou curso de formação específico exigido como condição de ingresso ou exercício no cargo e função.

CAPÍTULO VII **DO SUBSÍDIO E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 35. Às carreiras da ADAPAR, aplica-se a seguinte estrutura de remuneração:

I – subsídio, na forma do Anexo III desta Lei;

II – vantagens acessórias permanentes, na forma da legislação em vigor;

III – vantagens Acessórias Transitórias Laborativas, na forma da legislação em vigor.

§ 1.º Conceitua-se SUBSÍDIO como sendo o vencimento ou vencimento básico das carreiras dos servidores regidos por esta Lei, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória de carreira, salvo vantagens acessórias permanentes ou de indenização.

§ 2.º Conceitua-se VENCIMENTO ou VENCIMENTO BÁSICO como a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo e função, expressa em valores absolutos e em moeda corrente.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 3.º Valores absolutos são aqueles expressos em números absolutos e em moeda corrente do país.

§ 4.º Os valores a que se refere o caput deste artigo corresponderão sempre a um nível de vencimento, ou símbolo, fixado em tabela publicada em lei.

§ 5.º O nível do vencimento ou símbolo será expresso pelo indicativo de classe (coluna) e referência (linha), em cuja intersecção se reflete o subsídio sobre o qual incidirão os demais cálculos e vantagens adicionais de remuneração, quando for o caso.

§ 6.º O subsídio de qualquer das carreiras referenciadas nesta Lei não poderá ser inferior ao salário-mínimo vigente no País.

§ 7.º A adoção do subsídio refletirá o tempo de serviço na carreira, na tabela de vencimento.

Art. 36. O subsídio sofrerá reajuste, reposição ou aumento, previsto na lei de revisão geral anual.

Art. 37. A adoção do subsídio não se confunde com a assunção do cargo de provimento em comissão ou função comissionada de confiança referente à estrutura organizacional.

Art. 38. O valor do subsídio será fixado em lei específica de carreira estatutária, sendo vedada a adoção de plos salariais profissionais aplicáveis ao regime celetista.

§ 1.º Conceitua-se VENCIMENTOS como o somatório do subsídio e vantagens acessórias permanentes do exercício do cargo e função, compondo a base contributiva para a inatividade, exceto a parcela a maior de remuneração das férias.

§ 2.º Conceitua-se REMUNERAÇÃO como o somatório dos vencimentos e demais vantagens acessórias transitórias, sejam laborativas, sejam de indenização.

Art. 39. Conceitua-se VANTAGEM ACESSÓRIA PERMANENTE como aquela decorrente do exercício do cargo e função no serviço público, sendo devidas a todas as carreiras.

§ 1.º São vantagens acessórias permanentes do cargo e função:

I – férias, na forma da legislação em vigor, e

II – décimo terceiro salário.

GABINETE DO GOVERNADOR



§ 2.º O décimo terceiro salário compõe a base contributiva para a inatividade na forma das normas constitucionais e legislação previdenciária vigente.

Art. 40. As vantagens acessórias e demais vantagens referidas nesta Lei serão absolutas, sendo vedados quaisquer cálculos relativos, exceto as vantagens assim expressas, como o cálculo do terço de férias, do décimo terceiro, serviço extraordinário ou de plantão e adicional noturno.

Parágrafo único. Conceitua-se VALOR ABSOLUTO como o valor nominal da vantagem, em moeda corrente.

Art. 41. São vantagens acessórias transitórias laborativas do cargo e função, em razão do serviço público as vantagens laborativas do serviço público.

§ 1.º Conceitua-se VANTAGEM LABORATIVA DO SERVIÇO PÚBLICO como aquela em que a concessão é decorrente de situações especiais ou previstas em legislação específica ou em contrapartida do funcionamento de atividades do serviço público, sendo extinto seu pagamento quando da mudança dos fatores, ou do local do exercício ou das condições que ensejaram sua aplicação:

I – serviço extraordinário ou de plantão;

II – adicional noturno;

III – auxílio ou vale-transporte;

IV – auxílio ou vale-alimentação;

V – diárias;

VI – ajuda de custo;

VII – auxílio-funeral;

VIII – salário-família;

IX – sobreaviso.

§ 2.º As vantagens acessórias transitórias laborativas não compõem a base contributiva para a inatividade.

Art. 42. É vedada a criação de quaisquer vantagens cujo fundamento de concessão seja a razão de existência da atividade ou da tarefa do cargo e função.

GABINETE DO GOVERNADOR



CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 43. Os atuais ocupantes do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, no cargo de Agente Profissional, na função de Engenheiro Agrônomo, Médico Veterinário e Biólogo e no cargo de Agente de Execução, nas funções de Técnico de Manejo e de Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, passarão a desempenhar as suas funções junto à ADAPAR, salvo manifestação em contrário, a qualquer tempo, pelo servidor, ou pela Administração.

Parágrafo único. Os servidores do cargo de Agente Profissional a que se refere o caput, com exercício no DEFIS/SEAB, terão as prerrogativas funcionais de Fiscal de Defesa Agropecuária, não havendo alteração em seus cargos no Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

Art. 44. Ficam instituídas as seguintes vantagens, com aplicação exclusiva aos servidores integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, no cargo de Agente Profissional e Agente de Execução, lotados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e exclusivamente para atendimento ao artigo anterior, conforme o Anexo IV desta Lei:

I – Adicional de Atividade de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira, fixada em valor absoluto, de natureza permanente, exclusiva para o cargo de Agente Profissional para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza;

II – Adicional de Atividade Auxiliar de Fiscalização Agropecuária – AAFA: retribuição financeira fixada em valor absoluto, de natureza permanente, para o cargo de Agente de Execução, funções de Técnico de Manejo e Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, para atuação na ADAPAR, relativa ao caráter penoso, perigoso, insalubre e com risco de vida, incorporável na forma da legislação previdenciária vigente, sendo vedado o recebimento de qualquer outra vantagem com a mesma natureza.

Art. 45. As demais atividades de apoio técnico-administrativo, logístico e operacional da ADAPAR serão supridas por servidores que compõem a carreira de Agente de Execução e Agente de Apoio, integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE e por meio de contratação de serviços.

Art. 46. São aplicáveis ao servidor da ADAPAR as disposições da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 e demais regulamentações, respeitadas as normas especiais contidas nesta Lei.

GABINETE DO GOVERNADOR



Art. 47. Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará as disposições necessárias à execução da presente Lei, por iniciativa da ADAPAR, ouvidas previamente as Secretarias de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Administração e da Previdência – SEAP, Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL e Fazenda – SEFA, nos assuntos pertinentes a cada uma delas.

Art. 48. Fica o Poder Executivo autorizado a readequar as dotações do orçamento do exercício de 2011, no que se refere aos órgãos e entidades atingidos pela presente Lei.

Parágrafo único. Para implementação do disposto no caput deste artigo, fica autorizada a expedição de decretos regulamentares ou a abertura de créditos adicionais, na forma da lei.

Art. 49. Fica ao encargo da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação-Geral – SEPL a responsabilidade pela formulação ou reformulação dos atos organizacionais dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que se fizerem necessários à implantação dos dispositivos desta Lei.

Art. 50. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 21 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

ANEXO I DA LEI Nº
ESTRUTURA DAS CARREIRAS - ADAPAR



CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO SINGULAR	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	FISCAL DA DEFESA AGROPECUÁRIA	BIOLOGO	GRADUAÇÃO
	B	210		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	GRADUAÇÃO
	C	300		MÉDICO VETERINÁRIO	GRADUAÇÃO
TOTAL DO CARGO		600			

CARREIRA	CLASSES	QUANTIDADE POR CLASSE	CARGO SINGULAR	FUNÇÃO MULTIOCCUPACIONAL	EXIGÊNCIA MÍNIMA DE INGRESSO
ASSISTÊNCIA À FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	A	90	ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	TÉCNICO DE MANEJO E DO MEIO AMBIENTE	2º GRAU PROFISSIONALIZANTE
	B	210			
	C	300			
TOTAL DO CARGO		600			

D. L.
Fls. 23
8.

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 19 de outubro de 2011
OF CEE/G 173/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 25 OUT. 2011

mauricio
1º Secretário



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.
Em 25/10/2011
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 74/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
CURITIBA – PR

CEE/SGVFV/JU

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil
Fonc: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14119 25/10/2011 13:02:04 PT 0334113 11632.0114 30 13386

GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 74/2011

Curitiba, 19 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR.

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo fortalecimento da agropecuária paranaense por meio da valorização dos servidores que realizam os serviços públicos estaduais de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal.

Para tanto, propõe a criação de carreira própria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR na estrutura do Poder Executivo, composta pelos cargos de Fiscal de Defesa Agropecuária, com funções singulares de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, e de Assistente de Fiscalização da Defesa Agropecuária, com função multicupacional de Técnico de Manejo e do Meio Ambiente e de Técnico de Laboratório.

O provimento de cargos da carreira da ADAPAR ocorrerá paulatinamente, pois os atuais servidores efetivos, no exercício da função de Médico Veterinário e Engenheiro Agrônomo, como também os agentes de execução, na função de Técnico de Manejo e de Meio Ambiente e Técnico de Laboratório, alocados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em face de experiência e capacitação adquiridas, passarão a desempenhar suas funções junto à ADAPAR, em caráter definitivo.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Prot. 11.034.776-2 Inph

GABINETE DO GOVERNADOR



A semelhança de outras carreiras típicas do Estado, a importância de distinguir, em especial, o servidor fiscal de defesa agropecuária está no fato de coordenarem e fiscalizarem o cumprimento das leis de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal no Estado do Paraná, atribuições que os expõem às responsabilidades e aos riscos próprios do exercício de poder de polícia.

Ainda, no fato da execução dos serviços de defesa e inspeção agropecuária exigir conhecimento e experiência especializados que se aperfeiçoem pelo desenvolvimento das atribuições. A perda de servidores para órgãos e entidades de outros Estados e esferas do Poder Público importa na descontinuidade e atraso na realização desses serviços no Estado do Paraná, de modo a refletir negativamente em sua reputação fito-zoosanitária e dificultar o comércio e conquista de mercados, resultando em elevados prejuízos à coletividade.

A criação da carreira Fiscal de Defesa Agropecuária fortalece e assegura a realização da defesa agropecuária em reconhecimento das singularidades dos serviços prestados, fator determinante à manutenção do território paranaense livre de pragas e doenças, condição essencial ao pleno desenvolvimento da atividade econômica.

Assim, espera-se que Vossas Excelências deem a atenção necessária à presente proposta legislativa, analisando-a, votando favoravelmente e, por consequência, transformando-a em Lei Ordinária, por medida de Inteira Justiça.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO
DIVISÃO DE DESPESA**

Informação nº 257/11

Ref. Minuta de anteprojeto de lei da Agência ADAPAR - SEAB

Protocolo nº 11.034.778-2

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL/COP, referente à Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR, esta Divisão de Despesa tem a informar:


- Por se tratar de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado nada temos a opor.

É a informação.

Curitiba, 02 de setembro de 2011.


Rosemeri Bueno Muniz
Divisão de Despesa

Visto:


Marcos Antonio Jagher
Chefe da Divisão de Despesa

DE ACORDO:


Rosemary Escabio
Coordenadora da Administração Financeira do Estado
Encaminhe-se ao DG/SEFA



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

nº 658

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 612/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 122/2011 GPS/SEAB, à pág 18 do presente protocolo, o qual diz que devido à inexistência da autarquia ADAPAR, também inexistente dotação orçamentária para a mesma, sendo utilizados os seguintes recursos para a criação da mesma:

1. Toda arrecadação não vinculada na Atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, conforme tabela abaixo. Ressaltamos que para a fonte 250, aproximadamente 50% dos recursos são vinculados ao FUNDEPEC, não podendo ser utilizado para a ADAPAR;

Natureza da Espécie	Fonte de Recursos	Valor a Programar	Valor Programado	Valor Empenhado	Saldo Total
Outras despesas correntes	127	R\$ 565,00	R\$ 565,00	R\$ 0,00	R\$ 1.130,00
	250	R\$ 687.044,00	R\$ 1.557.721,00	R\$ 980.680,63	R\$ 1.264.084,37
Investimentos	250	R\$ 1.226.389,00	R\$ 398.582,00	R\$ 8.616,80	R\$ 1.616.354,20

2. O pessoal da SEAB da área administrativa e dos Grupos Meios (GAS, GPS, GFS e GRHS), que prestará serviço de forma compartilhada entre a SEAB e a ADAPAR;

3. Parte dos recursos de pessoal da atividade 2.325 serão repassados ao ADAPAR, referente aos profissionais que passarão a desempenhar suas funções na agência em caráter definitivo

4. Parte dos recursos da SEAB referentes as despesas de custeio como água, energia, locação, telefone, entre outras.

É a informação.





GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



DE
1-1 27

Curitiba, em 04 de agosto de 2011.

Rogi Rusch

ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 04/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 04/08/2011.

Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Fls. 37

SEPL
37
FL.

n1866

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 707/2011

INTERESSADO: SEAB

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência ADAPAR.

PROTOCOLO: nº 11.034.778-2

Visando atender ao disposto no art. 10º do Decreto 1198/2011, reiteramos a Informação Técnica nº 142/2011 GPS/SEAB, à pág 34 do presente protocolo, o qual afirma que:

- A receita semanal da atividade 2.336 - Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP é de R\$318.916,00, sendo R\$153.010,60 corresponde a arrecadação vinculada ao FUNDEPEC, permitindo que R\$165.905,49 mensais sejam utilizados para atender a demanda da ADAPAR. Tal valor corre pelas rubricas 33504100, 33901400, 33903003, 33903004, 33903006, 33903008, 33903010, 33903013, 33903018, 33903020, 33903027, 33903029, 33903033, 33903035, 33903037, 33903912, 33903913, 33903914, 33903920, 33903923, 33903924, 33903928, 33903931, 33903947, 33909200, 33909300, 44905200.

- Os recursos humanos da SEAB, lotados da atividade 2.325 - Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Programática da SEAB, serão compartilhados com a ADAPAR. As rubricas por onde correm tais despesas são 31901100 e 31901300.

- As despesas de custeio da SEAB como água, energia, locação, telefone, entre outras, que correm na atividade 2323 - Administração de Serviços de Energia Elétrica, Água e Esgoto, Telefonia, Informática e Transmissão de Dados - , serão compartilhadas com a ADAPAR, pelas rubricas 33903902, 33903906, 33903907, 33903908, 33903963.

- Devido à inexistência da ADAPAR, também inexistem dotações específicas na mesma. Isto somente ocorrerá após ser sancionada a Lei de Criação da Agência.

É a informação.

Ruy



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



Curitiba, em 18 de agosto de 2011.

Rogí Rusch
ROGI LAERCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 18/08/2011

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

Antonio Carlos de Andrade
ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 18/08/2011.
Encaminhe-se à DG/SEPL

Elizabeth Cristina de Azevedo
ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL

ANEXO III DA LEI Nº

SUBSÍDIO DAS CARREIRAS - ADAPAR



PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

SUBSÍDIO - FISCAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						10.322,33	12.902,91	13.548,00	14.225,46	14.936,74	15.083,57	16.467,75
B						7.401,31	8.511,51	8.037,08	9.363,94			
C	5.054,18	5.812,30	6.102,92	6.408,08	6.728,47							

SUBSÍDIO - ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
A						3.762,11	4.702,63	4.937,76	5.184,65	5.443,89	5.716,08	6.001,88
B						2.825,98	3.249,85	3.412,34	3.582,96			
C	2.021,67	2.324,92	2.441,17	2.663,22	2.691,39							





PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV DA LEI Nº

ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

CARREIRA	CARGO	FUNÇÃO	VANTAGEM	VALOR
QPPE	AGENTE PROFISSIONAL	BIÓLOGO	ADICIONAL DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFA	2.396,25
		ENGENHEIRO AGRÔNOMO		
	AGENTE DE EXECUÇÃO	MÉDICO VETERINÁRIO	ADICIONAL DE ATIVIDADE AUXILIAR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - AAFM	905,25

D. L.
Fls. 89



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 848/11

Projeto de Lei nº 848/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 74/2011

Súmula: Dispõe sobre os Cargos e Carreiras dos Servidores na Estrutura Organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

EMENTA: DISPÕE SOBRE CARGOS E CARREIRAS DOS SERVIDORES NA AGÊNCIA DE DEFESA DA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo dispor sobre organização das carreiras dos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, a forma de ingresso na carreira e as competências dos cargos e funções, avaliações de desempenho, carga e jornada de trabalho e demais atribuições.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Assembléla Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléla Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléla, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Arl. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Arl. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa esta'al seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que a Divisão de Despesa, vinculada à Coordenação da Administração Financeira do Estado, por sua vez atrelada à Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA declara que o mesmo não importará em aumento de despesa para o Governo: "Por se tratar de recursos cuja fonte 250 - diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais, não havendo dispêndio de recursos do Tesouro do Estado" (fls. 28 do presente projeto).

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




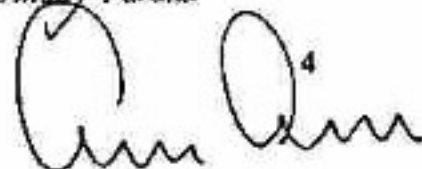
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revisto de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR






REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a votação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei 848/11, oriundo da Mensagem Governamental nº 074/11 que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, e adota outras providências.

Sala das Sessões, em 01 de novembro de 2011.


Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 848/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 74/11, que dispõe sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, e adota outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta Informação nº 257/11, da Coordenação da Administração Financeira do Estado, Divisão de Despesa da Secretaria de Estado da Fazenda, informando não haver dispêndio de recursos do Tesouro do Estado, pois tratar-se de recursos cuja fonte 250 – diretamente arrecadada são via multas, taxas e serviços laboratoriais. Desta forma, atende aos preceitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Ainda, observe-se que o objeto da referida proposta, está em consonância com o art. 66, da Carta Estadual, onde denota-se a competência privativa do Governador do Estado.

Isto posto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 07/11/11

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA

[Assinaturas manuscritas]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

PROJETO DE LEI Nº 935/11

D. L.
Fls. 02

LIDO NO EXPERIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 NOV. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Fica declarada de utilidade pública estadual o Instituto Maíra de Pesquisa, Educação e Saúde IMPES, com sede em Cianorte.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual Instituto Maíra de Pesquisa, Educação e Saúde IMPES, com sede no município de Cianorte.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 28 de novembro de 2011.

[Assinatura]
JONAS GUIMARÃES

Deputado Estadual

14:37 30/11/2011 805723 MP ISSUADO EM 30/11/2011



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Cívico Presidente Aníbal Kfury

JUSTIFICATIVA

D. L.

Fls. 03

A associação presta serviços de saúde voltado ao atendimento de pessoas carentes de Cianorte e Região, além, de atividades voltadas à prevenção e campanhas educativas.

O trabalho é realizado através de ações de orientação através de palestras, vídeos e ações educativas em escolas e colégios.

A associação também desenvolve trabalho na área de educação, com vários projetos junto à comunidade e escolas públicas, além de projetos de pesquisa na área médica.

Portanto, a declaração de utilidade pública estadual terá uma grande importância para o desenvolvimento das ações da associação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 935/2011

Projeto de Lei nº. 935/2011

Autor: Deputado Estadual Jonas Guimarães

Súmula: *Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Mafra de Pesquisas, Educação e Saúde IMPES, com sede e Foro no Município de Cianorte.*

EMENTA: **DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS – ILEGALIDADE - PARECER CONTRÁRIO.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Jonas Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **Instituto Mafra de Pesquisas, Educação e Saúde IMPES**, com sede e Foro no Município de Cianorte, no Estado do Paraná.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição, embora seja uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social e a saúde, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.

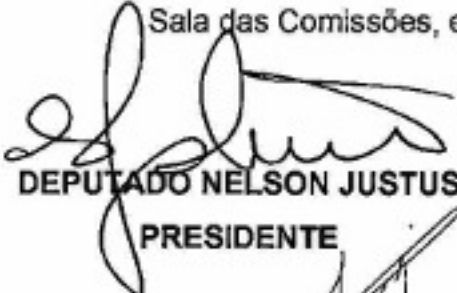
Fls. 55

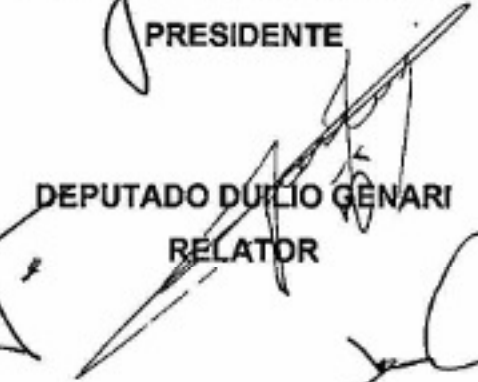
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

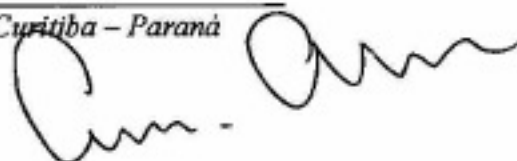
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 977///

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 12-05-2011
[Signature]
1º Secretário

SÚMULA: Declara de utilidade pública estadual a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

[Signature]
MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

15121 12/12/2011 01:02:07 DP ASSUNTO UTILIDADE DO N3306

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

A Sociedade realiza um trabalho voltado para a área de saúde, de forma que busca a humanização e o bom tratamento com as pessoas que necessitam. Reconhecida nacionalmente a Sociedade Beneficente São Camilo exerce um importante papel em todo o país, bem como na região dos Campos Gerais.

A Sociedade Beneficente São Camilo atende os requisitos legais deste Estado, conforme documentação em anexo. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 977/2011

Projeto de Lei nº. 977/2011

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D.L.
36
Fls. 9

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 28 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Contudo, a entidade tem seu foro no Município de São Paulo-SP, tornando-se necessária a Emenda Modificativa para corrigir o foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL**, na forma da Emenda Modificativa, à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Saída das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR













Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 977/11

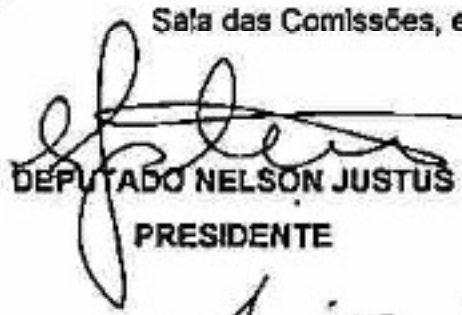


Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade Beneficente São Camilo**, com sede no Município de Ponta Grossa e foro no Município de São Paulo-SP.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade Beneficente São Camilo**, com sede no Município de Ponta Grossa e foro no Município de São Paulo-SP.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO EULIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº 979/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 DEZ 2011

1º Secretário

EMENTA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede no Município de Curitiba.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

NEY DEPREVOST
DEPUTADO ESTADUAL

JUSTIFICATIVA:

A Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede no Município de Curitiba, é uma Associação, sem fins lucrativos.

A associação tem por objetivo a assistência, a promoção humana, a educação, a cultura, a evangelização de crianças, adolescentes, jovens e adultos e idosos das camadas mais pobres, bem como atuar na recuperação de dependentes químicos e projetos de prevenção junto a sociedade.

Desta forma esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

1452 13/12/2011 21:03:59 Nº 183 MAT 12 11/12/11 20 11:00



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 979/2011

Projeto de Lei nº. 979/2011
Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede e foro no Município de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual *Associação Sagrada Família de Nazaré, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.*

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
32
[Signature]

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

X – declaração de utilidade pública de associações civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênera.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, a educação e a cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 33
[Signature]

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo de assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Embora tal entidade seja de caráter religioso, a Doutrina Brasileira entende que as entidades religiosas se enquadram na espécie "Associações Privadas sem fins lucrativos ou econômicos", tendo como finalidade reunir pessoas leigas para a manutenção do culto religioso ou para a prática de atos de assistência ou de caridade. Nesta classificação estão compreendidas as Igrejas, as ordens monásticas, as congregações religiosas, as irmandades, os centros de variados cultos, dentre outros.

Diante do exposto, resta claro que as entidades religiosas também estão compreendidas dentre Associações Privadas, podendo ter sua Utilidade Pública declarada por meio de Lei.

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



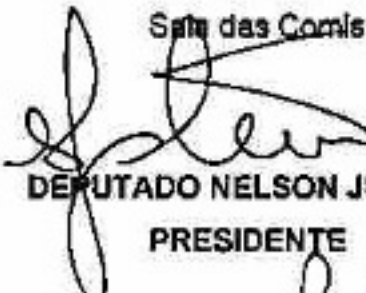
Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DANILLO GENARI
RELATOR



ANTEPROJETO DE LEI N.º 065/2012

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 1.º Fica aprovado um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), conforme anexo I desta Lei.


Art. 2.º Servirá como recurso para cobertura do crédito especial de que trata o artigo 1.º desta Lei, igual importância, proveniente de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Art. 3.º Em decorrência do contido no artigo 1.º e 2.º desta Lei, fica alterado o Demonstrativo de Receita, conforme o anexo II.

Art. 4.º De acordo com contido no artigo 1.º, fica criado o Programa de Obras da dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – conforme anexo III.

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

I SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I				Fl. 01
I DE DESPESA		ANEXO A LEI Nº				R\$ 1,00
I	I	I Natureza	I	I	I	I N.do
I Cód.	I Especificação	I da	IPontel	Gr.	IALOI	Valor
I	I	I Despesa	I	IPontel	I	I Proc
I	I	I	I	I	I	I COP
I 7700	I SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I	I	I
I	I	I	I	I	I	I
I 7704	I DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE	I	I	I	I	I
I	I INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I	I	I	I	I
I 4303	I GESTÃO DO PLANO DE FOMENTO MUNICIPAL	I 44905100	I 107	I 09	I L	I 18.324.209
Total						I 18.324.209

D.L. 03
Fls. 03

I ACRÉSCIMO		ANEXO II		Pl. 02		I
I RECEITA CENTRALIZADA		ANEXO A LEI N°		R\$ 1,00		I
I	Código	I	Especificação	I	Posto	I Gr. I
I	I	I	I	I	PostoI	I
I 1761.98.00		I Outras Transferências de Convênios da União		I 107	I 09	I
				18.324.209		I 0067
				TOTAL		I 18.324.209



I SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO III			FL. 03	I
I DE CBRAS		ANEXO A LEI N°			R\$ 1,00	I
I Código I	Especificação	I Fonte I	Gr. I	Alto I	Valor	IProcessoI
I I		I I	IFonteI	I I		I I
I 7700 I	SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I I	I I	I I		I I
I I		I I	I I	I I		I I
I 7704 I	DEPARTAMENTO DE FOMENTO MUNICIPAL PARA AÇÕES DE	I I	I I	I I		I I
I I	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA	I I	I I	I I		I I
I 4303 I	GESTÃO DO PLANO DE FOMENTO MUNICIPAL	I I	I I	I I		I I
I 915 I	METROPOLITANA DE CURITIBA	I I	I I	I I		I I
I 0901 I	Executar obras de infraestrutura para situação de	I I	I I	I I		I I
I I	emergência e calamidade pública no litoral.	I 107 I	I 09 I	I L I	18.324.209	I 0067 I
TOTAL		I Tes. I	I I	I L I	18.324.209	I





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 28 de fevereiro de 2012

OF CEE/G 039/12

LIPO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 05 MAR. 2012

Mauro
1º Secretário

I – À DAP para feitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 28/02/2012

[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 01/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais) ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a abertura do código de obra n.º 04, na dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – e pela fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

Atenciosamente,

[Signature]
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Anejo

001077

14:03 05/03/2012 00:18:27 DP ASSUNTO DA LEGISLATIVA DO PR



MENSAGEM N.º 01/2012

Curitiba, 29 de fevereiro de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva a aprovação de um crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais) ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual n.º 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a abertura do código de obra n.º 04, na dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – e pela fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

Ainda, cumpre informar que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

lhph/clt prot. n.º 11.397.971-2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER

Projeto de Lei nº. 065/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 001/12

Súmula: Aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

EMENTA: APROVA CRÉDITO ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 18.324.209,00 AO ORÇAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 24 CF. ARTS. 65, 133 E 134 DA CE. ARTS. 40, 41, 42 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ART. 14 LC 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo aprovar a abertura de crédito especial no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, visando à criação do Programa de Obras, com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, ressalta-se que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Com efeito, a Constituição Federal em seu artigo 24, inciso II estabelece:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
II - orçamento;

Além disso, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto dispõe a Constituição do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 18
[assinatura]

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais.

§ 3º. A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela, que objetiva aprovar a abertura de crédito especial, nos termos do artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320 de 1964:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação, da despesa, até onde for possível. (grifos nossos)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto

[assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná D. L.
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 19

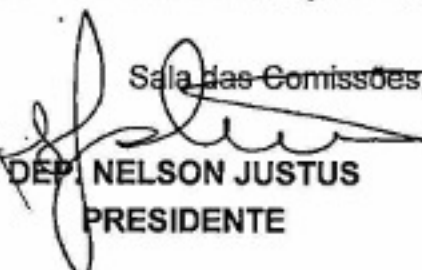
orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação de convênio não previsto.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

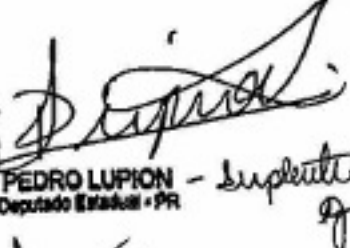
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ELIO RUSCH
RELATOR




PEDRO LUPION - Suplente
Deputado Estadual - PR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 065/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 01/12 que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e nove reais), ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Pedro Lupion e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 24, incisos II, da Constituição Federal, onde constata-se a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Saliento ainda, que os arts. 65, 133 e 134, da Constituição Estadual, asseguram a competência do Estado para propor matérias como a presente.

De igual modo, assevera o autor que servirá como recursos para cobertura do crédito especial proposto, igual importância, proveniente de excesso de arrecadação do convênio não previsto.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 21/03/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR



REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação do Projeto de Lei 065/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 001/12.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douro Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 065/12, oriundo da Mensagem Governamental nº 001/12 que dispõe sobre aprovação de Crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado: (viabilizar a execução e conclusão de serviços previstos no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado).

Sala das Sessões, em 21, de março de 2012.

Deputado Ademair Traiano
Líder do Governo

Assinatura
Projeto de
Regulamentação
2-3-12
Maurício Ribeiro Borges
Diretor Legislativo



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 065/12
Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei acima epigrafado foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 01/2012, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta *“aprovar a abertura de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 18.324.209,00 (dezoito milhões, trezentos e vinte e quatro mil duzentos e nove reais), ao orçamento da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, visando à criação do Programa de Obras da dotação orçamentária 7704.26785184.303 – Gestão do Plano de Fomento Municipal – na rubrica de despesa 44905100 – Obras e instalações – Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais – com a finalidade de viabilizar a execução e conclusão de serviços no plano de trabalho das obras feitas no litoral do Estado.*

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2012, dispondo sobre ajuste no Orçamento do Estado.

Os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de excesso de arrecadação de convênio não previsto, código 1761.99.00 – Outras Transferências de Convênios da União – Fonte 107.

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, sendo que seus relatores exararam pareceres favoráveis pela constitucionalidade e legalidade.

A autorização legislativa para a abertura de crédito adicional especial ora proposta encontra-se embasada no inciso V, do artigo 135 da Constituição Estadual que diz:



"Art. 135 São vedados:

V – a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

Assim como o Art. 43 da Lei 4.320/64 determina que para esses casos haja existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Condições estas devidamente comprovadas no processo em comento, notadamente nos anexos I, II e III.


A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.


III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33-C do Regimento Interno, nosso parecer é favorável, uma vez comprovados os requisitos constitucionais e legais, à abertura do crédito solicitado.

É o parecer.

Sala de Reunião das Comissões, em 26/03/12.


DEP. NEREU MOURA
PRESIDENTE


DEP. FRANCISCO BUHRER
RELATOR





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ANTEPROJETO DE LEI Nº 066/12.



EMENTA: 1. Cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma a Vara de Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. 3. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 1º O artigo 255 da Lei Estadual nº 14.277/ 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:

(...)

IX – no Foro Regional de Piraquara:

a) a Vara de Execuções Penais."

Art. 2º O artigo 257 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 257. Fica transformado no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba o seguinte:

(...)

d) a Vara de Corregedoria dos Presídios na 3ª Vara de Execuções Penais"

Art. 3º O art. 293 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 293. A competência da execução penal e corregedoria dos presídios será fixada por resolução."

Art. 4º O art. 300 da Lei Estadual nº 14.277/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



"Art. 300. Os anexos abaixo relacionados fazem parte integrante desta Lei:

(...)

Anexo VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais."

Art. 5º Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara.

Art. 6º Ficam alterados os Anexos IV, V, VIII e IX, Tabela 1 da Lei Estadual nº 14.277/2003.

Art. 7º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por objetivo criar a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara e transformar a Vara de Corregedoria dos Presídios do Foro Central de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme proposição formulada no protocolo sob nº 2011.0248738-4/000.

Os problemas carcerários que se avolumam em ritmo crescente estão a exigir a adoção de medidas concretas, tanto no que diz respeito à ampliação e aperfeiçoamento da estrutura prisional do Estado, quanto à descentralização do sistema de execução de penas.

Corriqueiramente surgem notícias acerca das más condições em que vivem os apenados, denúncias sobre maus tratos circulam amplamente na mídia.

E cabe ao Juiz da Execução da pena, com a função de corregedoria do presídio, atuar como fiscal da execução da pena e defensor da lei e dos condenados, máxime quando observados os ditames do artigo 1º da Lei nº 7.210/84.

Nesse aspecto, mostra-se imprescindível a reestruturação proposta, com a criação de uma Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara, cuja competência será fixada por Resolução.

Da mesma forma, a Vara de Corregedoria dos Presídios da capital, ao ser transformada em 3ª Vara de Execuções Penais, auxiliará, em muito, as outras duas Varas de execução penal já existentes na Capital, atuando nos feitos de sentenciados do sexo feminino, condenadas em regime fechado e semiaberto e ainda, na execução das medidas de segurança aplicadas aos homens e mulheres.

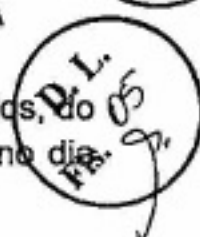
A presente proposição, além de manifestação favorável da douta Corregedoria-Geral da Justiça, contou com a aprovação da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, por unanimidade de votos, em sessão



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA



realizada no dia 30/01/2012, e com aprovação, por unanimidade de votos, do egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em sessão realizada no dia 10/02/2012.

O impacto orçamentário-financeiro da presente proposta corresponde à criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara (custo anual aproximado de R\$ 321.000,00), bem como o preenchimento de cargos de analistas e de técnicos judiciários (custo anual aproximado de R\$ 602.000,00) para o desempenho das funções, cujos valores serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça e pelo orçamento do Fundo da Justiça, respectivamente.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2011, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da citada Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Ressalte-se que os Anexos alterados pela proposta do anteprojeto de lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final da lei, vez que é parte integrante da mesma.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 066/11

Projeto de Lei nº. 066/11
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma a Vara de Corregedoria dos presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. 3. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual n.º. 14.277/2003.

EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO FORO REGIONAL DE PIRAQUARA DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. TRANSFORMA A VARA DE CORREGEDORIA DOS PRESÍDIOS DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA NA 3ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar alterar os artigos 293 e 300 da Lei Estadual n.º. 14.277/2003, sendo que o primeiro artigo citado passará a vigorar com a seguinte redação: "a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



competência da execução penal e da corregedoria dos presídios será fixada por resolução", e o segundo artigo citado passará a ficar com a seguinte redação: "Anexo VIII - Jurisdição das Varas de Execuções Penais". O presente Projeto também visa criar a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e transformar a Vara da Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Primeiramente temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



preceitua o artigo 96, inciso I, alínea d, da nossa Carta Magna, senão vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias;

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

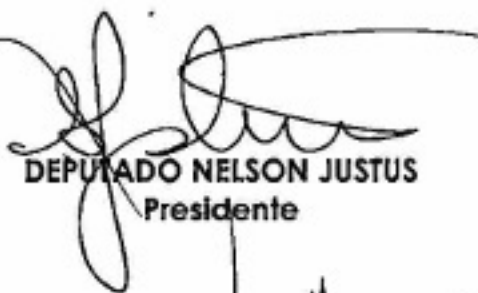


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator











ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 066/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça – Of. nº 219/12 que cria a Vara de Execuções Penais do Foro Regional de Piraquara da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba. Transforma a Vara da Corregedoria dos Presídios do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba na 3ª Vara de Execuções Penais. Atribui nova redação aos artigos 293 e 300 da Lei Estadual nº 14.277/03.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Nereu Moura analisou constitucionalmente e regimentalmente a matéria proferindo ao fim parecer favorável ao projeto de lei.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná e pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Outrossim, consta-se que o impacto orçamentário-financeiro da presente proposta correspondente à criação de um cargo de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Piraquara com custo anual aproximada de R\$ 321.000,00 (Trezentos e vinte e um mil reais), bem como o preenchimento de cargos de analista e de técnicos judiciários com custo anual aproximado de R\$ 602.000,00 (seiscentos e dois mil reais) para o desempenho das funções.

A proposta vem devidamente acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que possui adequação orçamentária e financeira com o

72014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Ante o exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21/03/12

ADEMIR BIER
Presidente

MARIA TURECK
Relatora



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



AO DOUTO PLENÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. - - -

DESPACHO
ENCAMINHE-SE À PL PARA VERIFICAR
REQUISITOS.
DATA: 19 MAR 2012
PRESIDENTE:

*Autu...
Voto para
despacho*

*Mauro Ribeiro Borges
Diretor Legislativo*

A Deputada adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, com fulcro no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vem apresentar de forma legítima e tempestiva **RECURSO AO PLENÁRIO** do **IMPROVIMENTO DO RECURSO** apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Parecer exarado pelo Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho sobre o **PROJETO DE LEI Nº 782/2011**, pelos motivos que passa a aduzir.

I - PRELIMINARMENTE

Dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis que a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá se manifestar sobre a constitucionalidade dos projetos apresentados.

Assim cabe demonstrar que, dentre as atribuições previstas no Regimento Interno, é de competência da Comissão de Constituição e Justiça, manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa.

Dessa atribuição regimental deve-se entender que a Comissão deverá observar se o Projeto de Lei se coaduna com a Constituição Federal e Estadual, bem como se harmoniza com ordenamento jurídico vigente.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianant.org

14:45 19/03/2012 001472 DP ASSUNTO 1161500100 DO 13584



Vedando-se à CCJ, a apreciação do mérito dos projetos, uma vez que as discussões de mérito são de exclusiva atribuição do plenário desta Casa de Leis.

Diante de uma decisão desfavorável poderá o autor apresentar recurso do Parecer do relator, situação em que será designado novo relator e nova votação será realizada. Tendo mais uma vez um parecer aprovado de forma desfavorável, cabe, ainda, ao parlamentar, invocar o artigo 33-A § 3º do Regimento Interno, se insurgir e requerer uma nova apreciação desta vez do plenário da Assembleia.

Oportuno salientar que no caso em tela, normativas administrativas, como resoluções, atos administrativos e atribuições administrativas oriundas de lei não retiram o poder soberano de legislar do Poder Legislativo.

II – DOS FATOS E DOS PARECERES

A Deputada que a este subscreve apresentou Projeto de Lei que estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

Apresentado o PL, o mesmo seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, sendo designado o Deputado Relator Pastor Edson Praczyk.

Inicialmente o Projeto de Lei em tela recebeu parecer desfavorável. Para ilustrar o presente recurso trago alguns fundamentos do parecer inicial ao Projeto de Lei.

O Nobre Deputado Pastor Edson Praczyk em seu parecer arguiu que o Projeto de Lei é materialmente inconstitucional por existir lei que normatiza a publicidade, por já haver previsão constitucional de informação ao Tribunal de Contas e por violar o princípio da economicidade.

[assinatura]
Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Apresentado Recurso na própria Comissão de Constituição e Justiça pelo artigo 33-A §2º do Regimento Interno, observando o prazo legal, foi designado como novo relator o Nobre Deputado Estadual César Silvestre Filho.

O novo relator acima citado manteve o parecer contrário e o projeto foi novamente rejeitado na data de treze de março de dois mil e doze (terça-feira).

A publicação no Diário Oficial do Estado se deu em dezesseis de março de dois mil e doze (sexta-feira), conforme documento em anexo.

Acontece, Excelências, que o presente Projeto de Lei deverá ser aprovado pelos fatos e razões a seguir:

III – DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelos relatores na Comissão de Constituição de Justiça.

Primeiramente, se faz necessário esclarecer que, a essência da proposição ora analisada é a informação direta e **“em tempo real”**, do custo de cada anúncio publicitário dos órgãos públicos, diferentemente da publicação dos atos públicos em meios oficiais, consagrado como princípio constitucional da publicidade e já normatizado em diversos diplomas legais.

Ora, de plano se discute a alegação que o presente projeto *“não poderá lograr êxito, por estar eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04”*, explica-se:

A referida Lei Estadual reporta-se **apenas** aos atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, para que estes respeitem o princípio da publicidade, sendo de fácil acesso a todos aqueles

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80532-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianaet.org



que se interessem em consultar os referidos atos e a sua publicação em diário oficial.

Doutrabanda, o presente projeto de lei disciplina em seu artigo 1º especificamente que, das publicidades não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos do Estado.

O artigo 2º do referido projeto de lei, também segue na linha de especificidade, quando sugere que o custo de qualquer produção, veiculação e publicação de material publicitário seja divulgado independente do meio utilizado.

Em tempo, o § 1º do art. 2º, ainda disciplina que em determinadas formas de publicações deverão constar o CNPJ/CPF do responsável pela publicação assim como a tiragem.

Ou seja, os temas apresentados pelo presente Projeto de Lei n.º 782/2011 não estão contemplados na Lei Estadual 14.603/04, portanto não há que se falar que *"já que existem leis que normatizam a publicidade"* como alegado pelo relator!

Quanto as informações prestadas pelo Governador ao Tribunal de Contas da União, previstos constitucionalmente, estas não interferem no presente projeto de lei, uma vez que o Tribunal de Contas fará uma análise técnica dos gastos com publicidade no respectivo período.

Já o Projeto de Lei n.º 782/2011 pretende oferecer melhores informações de interesse público direto. A própria CRFB já estabelece, em seu art. 5º, inciso XXXIII, *que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.*

Aduzem ainda os relatores da CCJ que o projeto é *"materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade"* *"acarretando assim custos adicionais ao erário estadual"*, o que não é verdade.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP/80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org

mas que foram favoráveis, 'sim', e os contrários, 'não'. Em votação.
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSDB): Sr. Deputados, 'não'.
DEPUTADO ELTON WELTER (PT): Votar 'sim', senhores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Encerrada a votação.
Bom trabalho o regime de urgência. [Votaram 'sim': Aníbal Neto, Elton Welter,
Elio Venti, Gilberto Ribeiro, Péricles de Mello, Paulo Miró, Professor Lemos, Ro-
berto Accioli, Tadeu Venari, Tarciso Wanderschoer (10 Deputados). Votaram 'não':
Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Ademir Biaz, Alexandre Curi, André Bueno,
Artáglio Júnior, Bernardo Ribes Carli, Caio Quintana, Cleiton Kielse, Dr. Batista,
Dulio Genari, Elio Ruzch, Evandro Junior, Fernando Scanavacca, Francisco Bührer,
Hermes Brandão Júnior, Jovani Guimarães, Luiz Accorri, Luiz Eduardo Chelid,
Marcelo Rangel, Maria Tureck, Nelson Justus, Nelson Lucena,
Pastor Edson Paszyk, Pedro Lupion, Raulo Rodrigues, Raulo "Lito", Toruê Kato
e Waldy Puggioni (30 Deputados). Não votaram: César Silvestri Filho, Douglas
Fabricio, Gilson de Souza, Luciana Rafagnia, Mauro Moraes, Nereu Moura, Raul
Pereira e Stephano Júnior (08 Deputados).]

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PPS) (Pela ordem): Sr. Presidente, recebi
a informação agora a pouco, do requerimento que encaminhei à Mesa Executiva,
que requer envio de convite ao Sr. Fernando Brito, Diretor-Presidente da Eco-
cotas, para que compareça à Assembleia Legislativa do Paraná, para prestar
clarecimentos sobre o auditorio realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do
Paraná, o qual indicou um faturamento de R\$ 175 milhões a mais do que o previsto.
Recebi a informação que a Mesa Executiva encaminhou esse requerimento para a
Comissão de Obras - a qual pediu - e vamos fazer o reunião nos próximos dias -
acredito que na segunda-feira - para que seja votado entre os Deputados. Peço o
apoio dos Parlamentares, para que possamos votá-lo na Comissão de Obras, para
que o Presidente da Ecomatas vá à Assembleia Legislativa prestar alguns
clarecimentos a essas Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Este é o procedimento
para fortalecer as Comissões da Casa.

DEPUTADO MARCELO RANGEL (PPS) (Pela ordem): Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Questão de ordem,
Deputado Cleiton Kielse.

DEPUTADO CLEITON KIELSE (PMDB): São dois assentos. Sr. Presidente:
Ontem, mandamos a justificativa da nossa falta, porque fomos convidados pelo
Governo do Estado e o representante do Governo, naquele momento era o Vice-
Governador, o companheiro Flávio Ares. Fomos a uma inauguração na Libertação
Campanha, que é o segundo maior assentamento de São Tomé do Estado, que
tem 1.200 famílias, com quase 3 mil pessoas e falamos em nome da Assembleia.
Por isso, a justificativa que não foi aceita ontem: fomos convidados pelo Governo
do Estado, a estarmos a 110 quilômetros do assento, junto com toda a estrutura da
Secretaria da Educação, inclusive com as aldeias indígenas, em Mosoca e Quaiçá,
também no Município de Origonópolis e Telmaco Borba. Esses os motivos que me
levaram a justificar a nossa falta ontem. Chegamos quase meia noite em Casa. E
hoje, fomos votar e aconteceu o nosso voto na última votação, ao nosso amigo e
companheiro Augusto Mocelin Neto, merecido, como título de cidadão honorário,
para justificar a nossa presença em Plenário. Sem contar duas condições. Se não, amanhã
já vou aparecer como faltante no dia de ontem por causa desta inauguração off-line,
da maior e melhor escola Estadual do Interior do Estado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Meu caro Deputado,
não posso fazer mudanças no acordo da Liderança. Só justifica-se a falta... Hoje
foi registrado o seu voto, se não pode ser registrado pessoalmente. Mas quanto
à justificativa de falta, há o acordo da Liderança, salvo haja mudanças, apenas
justifica-se a falta em viagem com o Governador.

DEPUTADO CLEITON KIELSE (PMDB): Com o Vice-Governador não há
condição? Mesmo ele estando representando o Governador?

SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossetti - PSDB): Eu só sugiro a V. Exa.
que encaminhe aos Líderes, para que possam discutir essa questão em uma
próxima reunião. É um acordo firmado, não posso fugir disso. Espero a compreensão
de V. Exa., mas não posso fugir disso. Min. é uma boa sugestão de V. Exa., para
que a Comissão de Liderança a delibere. Eu me submeto a decisão das Srs. Líderes.
Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Sessão, marcando-
se outro para segunda-feira, dia 19 de março, à hora regimental, com a seguinte
Ordem do Dia: Redação Final dos Projetos de Lei nºs 379, 685, 871/11 e 988/12;
2ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 572, 632, 826/11 e do Projeto de Lei Comple-
mentar nº 731/11; 1ª Discussão dos Projetos de Lei nºs 656 e 698/11. "Levante-se e
votado". [Sessão encerrada às 16h40h, presidida, parcialmente pelo Deputado
Douglas Fabricio, tendo sido lavrada a presente Ata, para fins de publicação e
atendimento ao disposto no Art. 113 do Regimento Interno. Foram registradas, ao
longo da Sessão, as seguintes presenças: I. A pedido do Deputado Bernardo Ribes
Carli, dos Vereadores Adelar - Presidente da Câmara, e Vereador Reinaldo, ambos
do Município de Santa Maria do Oeste; II. A pedido do Deputado Ademir Biaz,
Vereador Jean Bogerri - Presidente da Câmara de Matinhos e Aldeias Marques -
Secretário do mesmo Município; Silvestri Cássia - Vice-Prefeita de Marochal
Cláudio Rondon e Secretária João Marcos Gomes e Nilson Hackman, do mesmo
Município, e do Sr. Joaquim - Vereador do Município de Goioerê; III. A pedido da
Deputada Maria Tureck, do Sr. Márcia Tureck - Secretária da Saúde de Campo
Mourão e do Sr. Laércio - Presidente do PSD e Vereador Olímpio, ambos do
Município de Aracruz; IV. A pedido do Deputado Valdir Rossetti, do Prefeito Pezé
e Vereador Paulo da Costa, do Município de Itaipó e Valdeia da Silva - Presidente
da Associação dos Moradores do bairro de Pimenta; V. A pedido do Deputado Elio
Ruzch, dos Vereadores Filho Carmelito, Jelson Bezio e Valdeir Rabinstein,
do Município de Marilândia; VI. A pedido do Deputado Jovani Guimarães, dos
Vereadores Almir e Nilson, do Município de Terecinha do Oeste.]

Processo Legislativo

Comissões Permanentes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EXTRATO DA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SES- SÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA Transição de Projetos

Sessão Ordinária de dia 13 de Março de 2012

Deputados Presentes: Nelson Justus, Caio Quintana, Pedro Lupion, Hermes
Brandão Júnior, Nereu Moura, Pastor Edson Paszyk, Tadeu Venari, Alexandre
Curi, Evandro Junior, Dulio Genari, Fernando Scanavacca, Ademar Traiano e
Cesar Silvestri Filho.

01 - PROJETO DE LEI nº 065/12 - Mensagem 01/2012

Autor: Poder Executivo

Aprova crédito especial, alterando a vigente orçamentação geral do Estado, aprovada
pelo lei estadual nº 12.012, de 14 de dezembro de 2011.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

Parer: Favorável - aprovado.

02 - PROJETO DE LEI nº 066/12

Autor: Tribunal de Justiça

Cria o varo de exceção penal do foro regional de Piraquara da Comarca da
Região Metropolitana de Curitiba. 2. Transforma o varo de corregedoria das
presidências do foro central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba no 3º
varo de exceção penal. 3. Altera a redação dos artigos 292 e 300 da lei
estadual nº 14.277/2003.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

Parer: Favorável - aprovado.

03 - PROJETO DE LEI nº 067/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera o art. 177: o § 1º do art. 178: o art. 208: o caput e o § do art. 209 da lei
estadual nº 14.277/2003 - Código de Organização e Divisão Judiciária e o art.
180 e o § 1º do artigo 181 da lei 16.024/2008.

RELATOR: DEP. CAIO QUINTANA

Parer: Adido pelo Relator.

04 - PROJETO DE LEI nº 068/12

Autor: Tribunal de Justiça

Altera a lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e
Divisão Judiciária do estado do Paraná, com a criação das comarcas das regiões
metropolitanas de Londrina e de Maringá, e adota outras providências.

RELATOR: DEP. HERMES BRANDÃO JÚNIOR

Parer: Concedida vista ao Deputado Evandro Junior.

05 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 385/11

Autor: Dep. Luciana Rafagnia

Altera a Lei nº 16.341, de 18 de dezembro de 2009, e dá outras providências.
(ação).

NOVO RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

Parer: Favorável - aprovada. Votaram os Deputados Nereu Moura e Ademar
Traiano.

06 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 588/11

Autor: Dep. Professor Lemos

Dispõe sobre o Plano Setor Anual no âmbito da Política do Estado do Paraná e
dá outras providências.

NOVO RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

Parer: Contrário - aprovado. Votaram os Deputados Tadeu Venari.

07 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 717/11

Autor: Dep. Professor Lemos

Proíbe o tratamento discriminatório às garantias que participam de concursos
públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e
indireta do Estado do Paraná.

NOVO RELATOR: DEP. TADEU VENERI

Parer: Concedida vista ao Deputado Cesar Silvestri Filho da Voto em Sepa-
rado do Dep. Ademar Traiano.

08 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 782/11

Autor: Dep. Luciana Rafagnia

Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e
compensar do poder executivo e legislativo do Estado do Paraná e dá outras
providências.

NOVO RELATOR: DEP. CESAR SILVESTRI FILHO

Parer: Contrário - aprovado.

09 - **RECURSO** PROJETO DE LEI nº 751/11

Autor: Dep. Péricles de Mello

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de vídeo e áudio nas
viaturas policiais do estado do Paraná.



Pergunta-se: Qual é o gasto a mais que órgão público terá em apenas informar nas publicidades o CNPJ/CPF e a tiragem na própria publicação?

Nenhum! Visto que, a novidade trazida pela presente proposta nada mais é do que a inclusão de uma pequena frase ao final de cada divulgação sobre serviços e campanhas dos poderes públicos, contendo os dados elencados no corpo deste projeto, ora em análise, sendo essencialmente referentes ao custo das publicações.

Ou seja, tão somente irá informar de uma melhor e mais transparente forma o uso do dinheiro público e ainda qual ente estará promovendo a referida publicidade.

O objetivo, da ora proponente, é de dar mais transparência às contas públicas, analogamente à legislação eleitoral, que obriga os candidatos a uma função pública eletiva, a divulgar os gastos com propaganda e campanhas publicitárias, devendo constar em cada panfleto, por exemplo, a tiragem e o valor do material.

IV - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e da clara necessidade de proteção aos cidadãos paranaenses, além do dever dos parlamentares em garantir instrumentos legais que promovam o direito a informação, deve o Projeto de Lei em tela prosperar, seguir seu trâmite ao ser considerado constitucional e legal.

É o que se solicita e se entende por justo e digno dessa Casa.

Sala das sessões, 19 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL



PROJETO DE LEI Nº. 782/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 SET. 2011

1º Secretário

SÚMULA: Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências

Art. 1º - A Publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos do Estado.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei consideram-se os Poderes Executivos Estadual e Municipais, os Poderes Legislativos Estadual e Municipais, Tribunal de Contas, Empresas Públicas da Administração Direta e Indireta e Sociedades sob o controle do Estado.

Art. 2º - O custo de produção, veiculação e publicação de qualquer material publicitário dos Órgãos Públicos do Estado do Paraná deverá ser divulgado, independente do órgão ou meio de comunicação utilizado.

§ 1º - Quando se tratar de jornais, panfletos, outdoors, banners, livretos ou anúncios avulsos, deverão constar o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do responsável pela confecção, bem como a tiragem das publicações.



§ 2º - Quando a publicidade for veiculada pela imprensa falada, televisionada e pela Internet, deverá, igualmente, ao final, ser informado o custo da mesma para os cofres públicos do Estado.

Art. 3º - Todos os gastos com publicidade e divulgação de comunicados oficiais ou publicações legais dos Órgãos Públicos, deverão ser informados, trimestralmente, à Assembleia Legislativa e Câmaras de Vereadores, com as seguintes especificações:

- I - órgão público responsável;
- II - objetivo da publicidade;
- III - veículo de comunicação utilizado;
- IV - empresa publicitária utilizada; e
- V - valor total do contrato, discriminado o custo da produção e da veiculação e tiragem.

Art. 4º - A infração ao disposto nos artigos anteriores implicará imediato ressarcimento, por parte do ordenador das despesas, devendo a Procuradoria-Geral do Estado e/ou a Procuradoria da Justiça desencadear o procedimento de cobrança dentro de 30 (trinta) dias, sob pena de falta funcional.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2011.


Luciana Rafagnin

Deputada Estadual – PT

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



JUSTIFICATIVA

A presente proposta pretende regulamentar o dispositivo constitucional previsto no §1º do art. 27 da Constituição do Paraná, que reproduz o §1º do art. 37 da Constituição Federal, que trata da publicidade dos órgãos públicos, assim, o projeto apresentado determina as diretrizes a serem seguidas pelo Poder Público quanto à publicidade e propaganda de seus atos, programas, obras, serviços e campanhas.

Analogamente à legislação eleitoral, que determina que os candidatos a uma função eletiva tenham seus gastos divulgados, o objetivo é ter cada vez mais transparência nas contas públicas, as quais devem ficar a disposição dos cidadãos para sua avaliação. Nesse contexto nada mais justo que vincular o mesmo teor de responsabilidade a todos os órgãos públicos do Estado e incluir o Poder Legislativo nesse processo é propiciar maior credibilidade aos seus gestores.

O Projeto não se encontra entre as propostas privativas ao Governador do Estado elencadas taxativamente no art. 66 da Constituição do Estado e não gera despesas ao orçamento, estando, portanto, apto à apreciação dos nobres pares.

Considerando que a transparência com relação ao uso e destino do dinheiro público possibilita maior clareza para a população sobre as ações do Poder Público é que esta Deputada solicita o apoio de todos os parlamentares ao presente projeto de lei.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 782/2011

Projeto de Lei nº. 782/11
Autores: Deputada Luciana Rafagnin

Súmula: Estabelece normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. ESTABELECE NORMAS PARA A PUBLICIDADE DOS ATOS, PROGRAMAS, OBRAS, SERVIÇOS E CAMPANHAS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVOS DO ESTADO DO PARANÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. IMPOSSIBILIDADE. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DA CULTURA PELA DESAPROVAÇÃO DO PROJETO. MATÉRIA JÁ DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.603/2004 QUE DISPÕE QUE TODOS OS PODERES PÚBLICOS DO ESTADO DEVERÃO ATENDER AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/2011 QUE DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DOS MUNICÍPIOS. MATÉRIA JÁ DISCIPLINA, ÔBICE AO ART. 7º, IV, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98. INCONSTITUCIONALIDADE. ILEGALIDADE. NÃO APROVAÇÃO.

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
Tadui
Em, 15, 12, 2011
[Assinatura]
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, objetiva estabelecer Normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativos do Estado do Paraná e da outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

- emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O objeto deste projeto de lei - estabelecer Normas para a Publicidade dos Atos, Programas, Obras, Serviços e Campanhas do Poder Executivo e Legislativos do Estado do Paraná e da outras providências - apesar de elevado conteúdo social, este projeto não poderá lograr êxito, por estar



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04, sendo que:

Art. 1º. Todos os atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, deverão atender ao princípio da publicidade, respeitando de forma transparente e clara para qualquer consulente, a origem, sua destinação e os fundamentos pelos quais, foram produzidos, ressalvados os documentos gravados com sigilo previstos em lei.

Art. 2º. Os atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais atos privados previstos em lei, serão obrigatoriamente publicados no Diário Oficial do Estado, e no site oficial do Estado do Paraná na internet.

No que tange a informação trimestral dos gastos com a publicidade, essa deverá ser prestada anualmente ao Tribunal de Contas da União, e essa é uma das obrigações do Governador, e está prevista constitucionalmente, senão vejamos:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

Conforme a Lei Complementar N. 137/11, vigente no Estado do Paraná, os municípios também terão que se adequarem para atender o princípio da publicidade, e dar total transparência aos atos por ele realizados:

Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do artigo 27 da Constituição Estadual, todos os



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

atos dos poderes públicos municipais deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consulente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da Lei, sejam gravados com sigilo.

Art. 2º Para efeito do disposto no *caput* do artigo 1º, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por:

I - meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado;

II - mídia impressa.

(.....)

O presente projeto de lei foi encaminhado à Secretaria de Estado da Cultura, e esse através de seu Assessor Jurídico, manifestou-se sobre o mesmo, aduzindo que o projeto é materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade.

Fere o princípio da economicidade, pois determina que conste nos comunicados oficiais o custo da publicidade veiculada, acarretando assim custos adicionais ao erário estadual.

É inconstitucional o projeto em questão, pois ignora totalmente a autonomia dos municípios. Não há qualquer relação de subordinação dos municípios ao Governo Estadual ou Federal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Na mesma esteira, temos o parecer nº 036/2011 oriundo da Secretaria da Comunicação Social que alega inconstitucionalidade do projeto de lei em tela.

Vislumbra-se, portanto, que o projeto de lei apresentado pelo legislador estadual acaba por interferir em matéria de competência municipal, violando o princípio da economicidade, tornando o mesmo **INCONSTITUCIONAL**.

Por fim, o projeto de lei em análise encontra óbice no artigo 7º, IV, da **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**, que dispõe sobre a elaboração legislativa, uma vez que busca legislar sobre assunto já disciplinado por lei federal, senão vejamos:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

(...)

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.



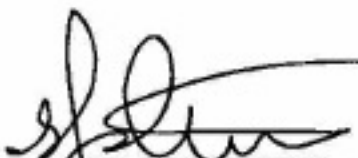
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

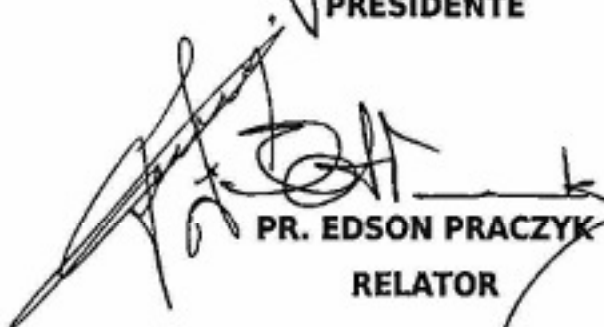
CONCLUSÃO

Diante do exposto, em sede de análise prévia, opina-se pela **NÃO APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **INCONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DEPUTADO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ.

PROJETO DE LEI N.º 782/2011.

Recorrido, 15/2/12
Rodrigo Melo
Coord. Jurídico
CCJ

EMENTA: Estabelece normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Deputada que o presente subscreve, vem, com o respeito de costume perante Vossa Excelência, inconformada com a aprovação do parecer contrário por meio do voto em separado ao Projeto de Lei em epígrafe do Deputado Pastor Edson Praczyk, interpor **RECURSO** requerendo, pois, a juntada das razões em anexo e seu normal processamento.

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4067 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianant.org

15/02
Kong



RAZÕES DE RECURSO

O parecer pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 782/2011, aprovado por esta Comissão de Constituição e Justiça, através do voto em separado, deve ser reformado eis que absolutamente contrário aos mais comuns e elementares princípios de direito, conforme demonstraremos a seguir:

BREVE INTRÓITO

Em 27 de setembro de 2011, esta Deputada deu entrada no Projeto de Lei n.º 782/2011 que visa estabelecer normas para a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do Poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná.

Acontece, porém, que o relator do presente projeto, ao exarar o seu parecer que foi aprovado na última sessão desta Comissão, alega que o projeto é materialmente inconstitucional por existir lei que normatiza a publicidade, por já haver previsão constitucional de informação ao Tribunal de Contas e por violar o princípio da economicidade, o que desde já se rebate pelos motivos e fatos a seguir.

DA APROVAÇÃO DO PRESENTE RECURSO

É inaplicável no presente caso a vedação constante no parecer exarado pelo relator na Comissão de Constituição de Justiça.

Preliminarmente, se faz necessário esclarecer que, a essência da proposição ora analisada é a informação direta e "em tempo real", do custo de cada anúncio publicitário dos órgãos públicos, diferentemente da publicação dos atos públicos em meios oficiais, consagrado como princípio constitucional da publicidade e já normatizado em diversos diplomas legais.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-900
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianarafagnin.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Ora, de plano se discute a alegação que o presente projeto *"não poderá lograr êxito, por estar eivado de vícios de inconstitucionalidade, já que existem leis que normatizam a publicidade, como a Lei Estadual 14.603/04"*, explica-se:

A referida Lei Estadual reporta-se apenas aos atos dos poderes públicos do Estado do Paraná, para que estes respeitem o princípio da publicidade, sendo de fácil acesso a todos aqueles que se interessem em consultar os referidos atos e a sua publicação em diário oficial.

Doutrabanda, o presente projeto de lei disciplina em seu artigo 1º especificamente que, das publicidades não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores públicos do Estado.

O artigo 2º do referido projeto de lei, também segue na linha de especificidade, quando sugere que o custo de qualquer produção, veiculação e publicação de material publicitário seja divulgado independente do meio utilizado.

Em tempo, o § 1º do art. 2º, ainda disciplina que em determinadas formas de publicações deverão constar o CNPJ/CPF do responsável pela publicação assim como a tiragem.

Ou seja, os temas apresentados pelo presente Projeto de Lei n.º 782/2011 não estão contemplados na Lei Estadual 14.603/04, portanto não há que se falar que *"já que existem leis que normatizam a publicidade"* como alegado pelo relator!

Quanto as informações prestadas pelo Governador ao Tribunal de Contas da União, previstos constitucionalmente, estas não interferem no presente projeto de lei, uma vez que o Tribunal de Contas fará uma análise técnica dos gastos com publicidade no respectivo período.

Já o Projeto de Lei n.º 782/2011 pretende oferecer melhores informações de interesse público direto. A própria CRFB já estabelece, em seu art. 5º, inciso XXXIII, *que todos têm direito a receber*

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapf.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Aduz ainda o relator que o projeto é *"materialmente inconstitucional por violar o princípio da economicidade"* *"acarretando assim custos adicionais ao erário estadual"*, o que não é verdade.

Pergunta-se: Qual é o gasto a mais que órgão público terá em apenas informar nas publicidades o CNPJ/CPF e a tiragem na própria publicação?

Nenhum! Visto que, a novidade trazida pela presente proposta nada mais é do que a inclusão de uma pequena frase ao final de cada divulgação sobre serviços e campanhas dos poderes públicos, contendo os dados elencados no corpo deste projeto, ora em análise, sendo essencialmente referentes ao custo das publicações.

Ou seja, tão somente irá informar de uma melhor e mais transparente forma o uso do dinheiro público e ainda qual ente estará promovendo a referida publicidade.

O objetivo, da ora proponente, seria dar mais transparência às contas públicas, analogamente à legislação eleitoral, que obriga os candidatos a uma função pública eletiva, a divulgar os gastos com propaganda e campanhas publicitárias, devendo constar em cada panfleto, por exemplo, a tiragem e o valor do material.

Diante de todo o exposto, requer a signatária seja o presente RECURSO processado por esta Comissão de Constituição e Justiça, e que seja designado Relator o mais breve possível.

Requer finalmente ao Relator da matéria, seja exarado parecer favorável ao presente RECURSO, bem como a aprovação pelo plenário desta Comissão, para que o Projeto de Lei em apreço siga sua tramitação normal, até ulterior aprovação no Plenário desta Casa de Leis.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2012.


LUCIANA RAFAGNIN
DEPUTADA ESTADUAL

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapl.org



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO RECURSO DO PROJETO 782/11

Projeto de Lei nº.: 782/11

Autor(es): **Deputada Estadual Luciana Rafagnin**

1. DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto pela Excelentíssima Deputada Luciana Rafagnin em razão do parecer contrário proferido pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei 782/11, no dia 14 de fevereiro de 2012.

Naquela oportunidade, o Projeto foi julgado inconstitucional por violar o princípio da economicidade, bem como por afrontar a Lei Complementar 95/98, a qual veda em seu art. 7º, IV, que uma mesma matéria seja disciplinada por duas leis, no caso em tela, há um embate entre o Projeto de Lei em análise com lei federal.

Em decorrência desse julgamento, que declarou o Projeto como inconstitucional, a Deputada Estadual Luciana Rafagnin se insurge, provocando novo pronunciamento por parte da Comissão de Constituição e Justiça.

2. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, o recurso ora em análise foi interposto de forma tempestiva, portanto deve ser conhecido e analisado novamente pela Comissão de Constituição e Justiça.

A publicação da decisão proferida pela Comissão de Constituição e Justiça foi publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa no dia 17 de fevereiro de 2012, sendo que o recurso foi protocolado no dia 15 de fevereiro de 2012, portanto dentro do prazo regimental de 3 (três) dias úteis.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

3. DO MÉRITO


No que tange ao mérito, a recorrente não apresenta qualquer fato novo, apenas e tão somente ressalta a importância do projeto apresentado por ela Deputada; em momento algum apresenta solução para a inconstitucionalidade apresentada do Projeto 782/11.

Em função dos vícios apresentados permanecerem enraizados ao Projeto, não resta outra alternativa senão de confirmar a decisão da Comissão de Constituição e Justiça proferida no 14 de fevereiro de 2012, ou seja, declará-lo inconstitucional nos exatos termos do parecer proferido anteriormente.

4. CONCLUSÃO

Com base em todo o exposto acima, conheço do presente recurso pois tempestivo, porém quanto ao mérito nego provimento, mantendo a decisão pela inconstitucionalidade do Projeto 782/11.

Sala das Comissões, 28 de fevereiro de 2012


NELSON JUSTUS
Presidente


CESAR SILVESTRI FILHO
Relator